



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS IV  
COLEGIADO DE GEOGRAFIA

ADENILTON DA SILVA RAMOS  
LUANA ALVES DE ARAÚJO

**PERSPECTIVAS E ANÁLISE DO ORDENAMENTO TERRITORIAL  
E PÚBLICO EM MIGUEL CALMON-BAHIA (2008 - 2023)**

Jacobina

2025

ADENILTON DA SILVA RAMOS

LUANA ALVES DE ARAÚJO

**PERSPECTIVAS E ANÁLISE DO ORDENAMENTO TERRITORIAL  
E PÚBLICO EM MIGUEL CALMON-BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso solicitado como avaliação parcial do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do curso de licenciatura em Geografia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas- Campus IV, Colegiado de Geografia.

Orientador: Dr. Fabio Nunes de Jesus

Jacobina

2025



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE TRABALHO  
DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**( X ) Monografia ( ) Artigo ( ) Dissertação ( ) Tese**

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, a disponibilizar por meio do Repositório Institucional Saber Aberto, endereço eletrônico: <http://saberaberto.uneb.br/>, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra supracitada, para fins de divulgação e de preservação digital da produção científica brasileira, a partir desta data.

**Identificação:**

Autor	Adenilton da Silva Ramos Luana Alves de Araújo
E:mail	<a href="mailto:adeniltonramos18@gmail.com">adeniltonramos18@gmail.com</a> luanaalvesaraujo04@gmail.com
Título	PERSPECTIVAS E ANÁLISE DO ORDENAMENTO TERRITORIAL E PÚBLICO EM MIGUEL CALMON-BAHIA (2008 - 2023)
Orientador (a)	Orientador: Dr. Fabio Nunes de Jesus
Campus/Curso/ Programa	Campus IV Curso de Licenciatura em Geografia
Data de defesa	29 de Julho de 2025

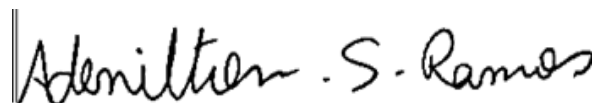
**LICENÇA DE DIREITO AUTORAL**

Na qualidade de titular dos direitos de autor do conteúdo supracitado, autorizo a Universidade do Estado da Bahia a disponibilizar a obra, gratuitamente, de acordo com a licença pública Creative Commons, Licença 4.0 Unported por mim declarada sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial da obra? ( x ) Sim ( ) Não  
Permitir modificações em sua obra?

- Sim
- Sim, contanto que outros compartilhem pela mesma licença
- Não

A obra continua protegida por direito autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.



\_\_\_\_\_  
Assinatura do Autor

10 / 04 / 2026  
Data de autorização.



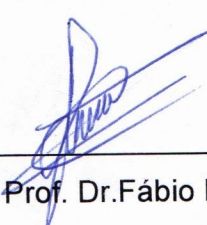
UNEB

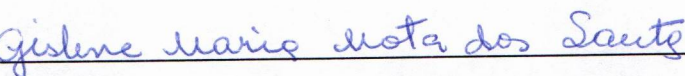
UNIVERSIDADE DO  
ESTADO DA BAHIA

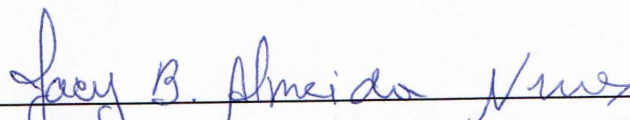
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS CAMPUS IV – JACOBINA-BA  
COLEGIADO DE GEOGRAFIA

ATA DE APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE  
CURSO

Aos 29 dias do mês de julho de 2025, às 20h, reuniram-se na sala 01 do Departamento de Ciências Humanas – Campus IV/Jacobina os professores: Prof. Dr.Fábio Nunes de Jesus, Prof<sup>a</sup> Ma. Gislene Maria Mota e Prof<sup>a</sup> Dra. Jacy Bandeira Almeida Nunes para avaliarem o Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia intitulado: **PERSPECTIVAS E ANÁLISE DO ORDENAMENTO TERRITORIAL E PÚBLICO EM MIGUEL CALMON-BAHIA (2008 - 2023)** dos discentes **ADENILTON DA SILVA RAMOS** e **LUANA ALVES DE ARAÚJO**. Terminada a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta para atribuir as notas e elaborar o parecer final da apreciação do trabalho, decidindo que os discentes obtiveram a média oito e meio (8,5) sendo assim aprovada pela Banca de TCC.

  
Orientador: Prof. Dr.Fábio Nunes de Jesus

  
Membro da Banca Examinadora: Prof<sup>a</sup> Ma. Gislene Maria Mota

  
Membro da Banca Examinadora: Dra. Jacy Bandeira Almeida Nunes

Dedicamos este trabalho, primeiramente, ao nosso Deus, que nos deu forças para chegar até aqui. E dedicamos, também, aos nossos familiares e amigos, que sempre nos apoiaram nesta trajetória.

## RESUMO

O presente trabalho aborda as perspectivas e a análise do ordenamento territorial e público em Miguel Calmon - Bahia, com foco na relação entre território e ordem pública. O objetivo é investigar a relação entre a gestão municipal e o ordenamento territorial no período de 2008 a 2023, buscando responder ao seguinte problema: De que forma a gestão municipal de Miguel Calmon vem realizando o ordenamento do espaço urbano? A metodologia adotada possui uma abordagem mista, de natureza exploratória e descritiva, utilizando como procedimentos a pesquisa bibliográfica e a análise documental (como atas, leis e o Plano Diretor e dados do IBGE), bem como a realização de entrevistas com ex-prefeitos do município. Como instrumentos de coleta de dados, utilizamos roteiros de entrevistas para compreender a perspectiva comunitária e administrativa sobre o ordenamento territorial em Miguel Calmon-Bahia, e tabelas que possibilitaram organizar e analisar as informações obtidas em campo. Esses elementos foram fundamentais para entender as percepções da gestão e da comunidade sobre o ordenamento territorial local.

**Palavras-chave:** Ordenamento Territorial; Gestão municipal; Gestão Pública.

## ABSTRACT

The present work addresses the perspectives and analysis of territorial and public planning in Miguel Calmon-Bahia, focusing on the relationship between territory and public order. The objective was to investigate the relationship between municipal management and territorial planning in the period from 2008 to 2023, seeking to answer the following problem: How has Miguel Calmon's municipal management been carrying out urban spatial planning? The methodology adopted has a mixed approach, of exploratory and descriptive nature, using as procedures the bibliographic research and documentary analysis (such as laws and the Master Plan and IBGE data), and interviews with former mayors of the municipality. As data collection instruments, interview scripts were used to understand the community and administrative perspective on territorial planning in Miguel Calmon-Bahia, and tables that made it possible to organize and analyze the information obtained in the field. These elements were fundamental to understand the perceptions of the management and the community about local territorial planning.

**Keywords:** Territorial Planning; Municipal management; Public Management.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>CAPÍTULO 1 - ASPECTOS DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NA CONFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO</b> .....	11
1.1 A ORIGEM DA CIDADE E SUA CONFIGURAÇÃO.....	13
1.2 ABORDAGENS E ORIENTAÇÕES POLÍTICAS ESPACIAIS VIA PODER PÚBLICO .....	19
<b>1.2.1 Construção da Cidade</b> .....	19
<b>1.2.2 Praça da Feira</b> .....	21
<b>1.2.3 Praça Principal</b> .....	23
<b>1.2.4 Ferrovia</b> .....	23
.....	24
<b>1.2.5 Rodoviária</b> .....	24
<b>1.2.6 Casarão</b> .....	25
<b>1.2.7 Hospital</b> .....	25
<b>CAPÍTULO 2 - PERFIL ESPACIAL URBANO E ESTRUTURAL ESTRATÉGICOS</b> ...	27
<b>CAPÍTULO 3 - TERRITÓRIO, GESTÃO E PLANEJAMENTO: ESPAÇO, INFRAESTRUTURA E ORDENAMENTO (2008 -2023)</b> .....	31
3.1 OPERATÓRIOS E VIGENTES FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL .....	31
3.2 IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	42
3.3 URBANIZAÇÃO .....	47
3.4 LAZER E CULTURA E SOCIABILIDADE .....	49
3.5 VULNERABILIDADES (O URBANO E O RURAL).....	52
<b>CAPÍTULO 4 - A ORDEM COMO FATOR SEGREGADOR DE PRIVILÉGIOS</b> .....	55
4.1 O OLHAR DO GESTOR E DO PODER É CONTAMINADO PELA CENTRALIDADE CONSERVADORA.....	57
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	64
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	66
<b>APÊNDICES</b> .....	69
<b>APÊNDICE A - Entrevista com os Ex-prefeitos</b> .....	69

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Território de Miguel Calmon-BA em meados de 1913, como distrito de Jacobina.....	15
<b>Figura 2</b> - Divisão político-administrativa de Miguel Calmon – BA em meados de 1955 .....	16
<b>Figura 3</b> - Miguel Calmon .....	21
<b>Figura 4</b> - Praça da Feira.....	22
<b>Figura 5</b> - Praça Principal .....	23
<b>Figura 6</b> - Estação Ferroviária .....	24
<b>Figura 7</b> - Rodoviária .....	24
<b>Figura 8</b> - Casarão.....	25
<b>Figura 9</b> - Hospital .....	26

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Intendentes e Prefeitos de Miguel Calmon e seus mandatos.....	18
<b>Quadro 2</b> - Características comparativas entre os distritos de Miguel Calmon-BA .....	28
<b>Quadro 3</b> - Instituições de ensino público de Miguel Calmon .....	31
<b>Quadro 4</b> - Instituições de ensino estaduais de Miguel Calmon.....	34
<b>Quadro 5</b> - Instituições de ensino privadas de Miguel Calmon.....	34
<b>Quadro 6</b> - Operatórios da saúde .....	35
<b>Quadro 7</b> - Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) .....	36
<b>Quadro 8</b> - Hospital .....	36
<b>Quadro 9</b> - Farmácia .....	37
<b>Quadro 10</b> - Vigilância sanitária.....	37
<b>Quadro 11</b> – Bem-estar .....	37
<b>Quadro 12</b> - Operatórios privadas (convênios).....	37
<b>Quadro 13</b> - Operatórios de segurança municipal .....	40
<b>Quadro 14</b> - Operatórios de segurança estadual.....	40
<b>Quadro 15</b> - Operatórios Federal – Economia.....	41
<b>Quadro 16</b> - Operatórios Judicial.....	42

## INTRODUÇÃO

O ordenamento territorial constitui um campo estratégico da Geografia, que envolve a organização e o planejamento do uso dos espaços urbanos e rurais, considerando aspectos históricos, políticos, sociais, econômicos e ambientais. Ele se apresenta como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento equilibrado dos municípios, ao passo que visa corrigir desigualdades, garantir o acesso a serviços públicos e promover uma ocupação mais justa e funcional do território. Nesse sentido, compreender o ordenamento territorial é entender, também, as relações de poder, a atuação da gestão pública e os reflexos das decisões políticas no cotidiano da população. Como aponta Estaba (1999, *apud* Brasil, 2005, p. 6):

[...] A ordenação do território ou a sistematização do desenvolvimento no espaço geográfico constituem-se em outra estratégia rumo à modernidade e atada à idéia [sic] de descentralização, já que parte do reconhecimento do desenvolvimento desigual das regiões de um país [...].

O Território é mais do que um espaço físico e carrega em si marcas históricas, sociais, econômicas e políticas. Nesse enquadramento, o ordenamento territorial se fundamenta em dois aspectos: *território* e *planejamento*. O território é determinado por uma área ou espaço, demarcado por limite, relação de posse ou propriedade, abrangendo os aspectos políticos, econômicos, culturais e regionais. Enquanto o planejamento está associado à atuação de um órgão público em que, por meio de leis, define como planejar e organizar alguma ocupação do território.

O presente trabalho tem como campo de estudo o município de Miguel Calmon, localizado no estado da Bahia, que possui mais de 24 mil habitantes. Além da sede, o município é composto por três distritos: Brejo Grande, Itapura e Tapiranga. A análise contempla tanto a sede quanto esses distritos, considerando sua relevância na dinâmica social, cultural e ambiental do município.

Neste estudo, o ordenamento territorial está ligado à organização do território, do planejamento e da infraestrutura, conforme o objetivo geral, que é compreender a relação que se estabelece entre gestão municipal e o ordenamento territorial durante o ano de 2008 a 2023. Temos como objetivos específicos: investigar a importância do ordenamento territorial para o desenvolvimento e a influência da governança do município; identificar desafios e oportunidades em termos de ordenamento territorial,

levando em consideração a expansão da cidade e analisar implicações da gestão municipal no ordenamento territorial em Miguel Calmon - Bahia.

A abordagem metodológica da pesquisa é mista, com caráter exploratório e descritivo. Realizamos entrevistas com ex-prefeitos da cidade, utilizando um roteiro de perguntas abertas para compreender suas visões sobre planejamento urbano e políticas públicas adotadas em suas gestões e a análise documental, com base em atas da câmara de vereadores, leis municipais e o Plano Diretor do município, além do uso de dados estatísticos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses dados foram organizados em tabelas, que contribuíram para uma melhor visualização das informações coletadas. Também, realizamos uma pesquisa bibliográfica, a fim de trazer as principais discussões sobre a importância do ordenamento territorial.

A motivação para desenvolver este trabalho surgiu da necessidade de refletir sobre como os espaços urbanos são organizados e de que forma as decisões políticas moldam o cotidiano das populações locais. Ao observar a realidade de Miguel Calmon, notamos que o ordenamento do território influencia diretamente em aspectos como moradia, mobilidade, acesso a serviços públicos, educação, saúde e lazer. Compreender como essas ações são planejadas e executadas pela gestão municipal permite analisar avanços, desafios e contradições. Diante da importância do tema, a pesquisa visa não apenas oferecer um cenário descritivo, mas também contribuir para o entendimento das práticas de ordenamento territorial como instrumentos essenciais para a comunidade local.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo: *Aspectos das dinâmicas territoriais na conformação do município*, discute o conceito de ordenamento territorial a partir dos autores da Geografia e apresenta a formação histórica e espacial do município. No segundo capítulo: *Perfil espacial urbano e estrutural estratégicos*, é feita uma análise do perfil urbano e dos distritos, com base em dados do IBGE e levantamento local. O terceiro capítulo: *Território, gestão e planejamento: espaço, infraestrutura e ordenamento (2008 -2023)*, analisa a relação entre território, gestão e planejamento, destacando as ações da administração pública, os investimentos em infraestrutura, saúde, educação e demais políticas implementadas entre 2008 e 2023. Já o quarto capítulo: *A ordem como fator segregador de privilégios*, aborda as contradições espaciais e a organização do lazer e da cultura no território calmonense, revelando as desigualdades entre as áreas

urbanas e rurais, bem como os limites e possibilidades de sociabilidade nos espaços públicos. Nas considerações finais, analisamos os resultados das pesquisas e colocamos as nossas expectativas futuras.

## CAPÍTULO 1 - ASPECTOS DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NA CONFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO

Para conceituar o ordenamento territorial, é importante destacar e compreender alguns termos como *espaço*, *território* e *gestão pública*. Segundo Santos (1994), o espaço é resistente a mudanças quanto às suas heranças materiais e culturais; mesmo aberto para o novo, mantém sua força e capacidade de manifestar. Como aponta Raffestin (1980), o conceito de espaço antecede o território, pois para a formação do território se faz necessário, antes, a existência de um espaço. Os supracitados autores reconhecem o valor analítico do espaço e do território, destacando que ambos realizam uma atribuição fundamental na análise geográfica, incorporando dimensões sociais, culturais e econômicas, além de partilharem uma mesma base entre o espaço físico e as ações humanas. Nesse contexto, Raffestin afirma que a construção de um território requer a posse de um espaço, processo que denomina de “territorialização”. Similarmente, Lefebvre (1980) argumenta que o território só se estabelece a partir da intervenção de redes, fluxos e infra estruturas, que transformam o espaço natural em espaço socialmente produzido.

Os autores, contudo, divergem quanto às ênfases conceituais. Raffestin vincula o território à posse e ao poder, linha característica da geografia crítica, enquanto Lefebvre, em uma abordagem sociológica, vê o espaço como produto das relações sociais. Como explica Corrêa (1997, p. 280), “[...] as interações espaciais devem ser vistas como parte integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social e não como puros e simples deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço”, deixando evidente o caráter dinâmico e relacional do território. Para Santos (1978), o território é fixo e delimitado, enquanto o espaço geográfico é um sistema mais amplo e complexo, indissociável de objetos e ações. Nesse sentido, o território representa uma base física e política estruturante para o funcionamento do Estado. Como reforça Moraes (1990, p. 73), “[...] não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras. Uma teoria do Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais ter qualquer fundamento seguro”.

A noção de ordenamento territorial, por sua vez, está diretamente ligada à gestão pública. Como afirma Becker (2012, p. 129), “[...] a gestão do território é a

prática estratégica, científico-tecnológica do poder no espaço-tempo”. Essa relação revela o papel central do Estado no planejamento e na organização do território, envolvendo a estruturação do uso do solo, a proteção ambiental, a criação de áreas de lazer, a infraestrutura urbana e os sistemas de circulação. Conforme pontua a autora em outra obra, “[...] não são mais apenas o território e o poder do Estado que estão em jogo, mas, sim, o território e o poder ao nível local” (Becker, 1991, p. 179), evidenciando a importância crescente da escala municipal. Como complementa Fonseca (2013, p. 476), “[...] a escala municipal é considerada a mais exequível para a gestão territorial do desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental”.

Na mesma direção, autores como Baud, Bourgeat e Bras reforçam que o ordenamento territorial busca corrigir desigualdades socioespaciais, oferecendo uma leitura ampliada do território, que envolve tanto a análise geográfica quanto a observação integrada do espaço vivido. Moraes (2005) complementa esse olhar, ao destacar que a organização do território deve considerar densidade demográfica, sistemas de redes, infraestruturas e macrorregiões, sempre a partir de uma perspectiva sistêmica de planejamento. Ao iniciarmos a discussão sobre ordenamento territorial, é fundamental compreender que o conceito de território está no centro do debate. Como destaca Roberto Lobato Corrêa (1995, p. 280), o território é “[...] o espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Ou seja, o território não é apenas uma base física, mas um espaço apropriado e organizado por diferentes agentes sociais e políticos. Complementando essa perspectiva, Rogério Haesbaert (2004) chama atenção para a ideia de multiterritorialidade, que rompe com a noção de um território único e fixo. Para o autor, “[...] o sujeito contemporâneo vive em mais de um território ao mesmo tempo”, o que exige do ordenamento territorial uma abordagem mais flexível e atenta às diferentes formas de apropriação do espaço.

Essa compreensão plural do território é essencial para pensar políticas públicas. Bertha Becker (2013), por sua vez, argumenta que o ordenamento territorial deve ser compreendido como um instrumento estratégico para a gestão democrática do espaço, especialmente em contextos de intensos conflitos socioambientais, como na Amazônia. Segundo ela, “[...] ordenar o território é integrar conhecimento, poder e população em decisões que conciliam desenvolvimento e conservação” (Becker, 2013, p. 18). Dessa forma, observamos que o ordenamento territorial não pode ser reduzido a uma mera ferramenta técnico-normativa. Ele é, antes de tudo, um processo político, influenciado por interesses diversos e, muitas vezes, contraditórios. Como

conclui Haesbaert (2011), o ordenamento territorial “[...] precisa reconhecer a complexidade e os conflitos que atravessam o espaço, sob pena de reforçar desigualdades já existentes”. Portanto, é fundamental analisar como a gestão pública municipal conduz o ordenamento territorial em realidades locais, como é o caso da cidade de Miguel Calmon, localizada na mesorregião do centro-norte baiano, pertencente à região econômica da Chapada Diamantina, à margem esquerda do Rio Jacuípe. Com uma área de 1.599,672 km<sup>2</sup>, altitude de 544 metros, latitude 11°25’44” sul e longitude 40°35’42” oeste, os limites do município foram estabelecidos pela Lei nº 1.726 de 6 de agosto de 1924, tendo sofrido alterações em 1953 e 1962, com a emancipação de Várzea do Poço. Assim, compreender o ordenamento territorial de Miguel Calmon implica considerar sua localização geográfica, história, colonização, infraestrutura, políticas públicas, economia local, crescimento populacional, aspectos socioculturais, meio ambiente e sustentabilidade. Como explica Corrêa (1992, p. 35), a gestão do território consiste num “[...] conjunto de práticas que visam ao plano imediato, à criação e ao controle da organização espacial, constituindo, em última instância, um poderoso meio que objetiva, por meio da organização espacial, viabilizar a existência e a reprodução da sociedade”.

### 1.1 A ORIGEM DA CIDADE E SUA CONFIGURAÇÃO

O território é determinado como uma área de um espaço demarcado por limites, por uma relação de posse, propriedade e identidade, que refletem aspectos culturais, políticos, regionais e econômicos. O território é considerado necessário para a vivência do Estado, desta forma, “Não é possível conceber um estado sem território e sem fronteiras. Uma teoria do estado que fizesse abstração do território não poderia jamais ter qualquer fundamento seguro” (Ratzel *apud* Moraes, 1990, p. 73).

Nessa perspectiva, é válido ressaltar a importância do território como um aspecto físico e jurídico onde se estabelecem limites e autoridades de pertencimento ao Estado. Já para Santos (1978, p. 56). “[...] a utilização do território pelo povo cria o espaço”.

Diante do exposto por Santos, notamos que existe uma separação fundamental entre território e espaço, enquanto o território pode ser entendido como uma área irremovível ou limitada, deixando evidente que este é transformado pelas interações sociais e por atividades humanas. O espaço traz uma dinâmica e uma aparência

ampla, onde funciona por meio de uma rede de ações e objetos que moldam e se renovam historicamente.

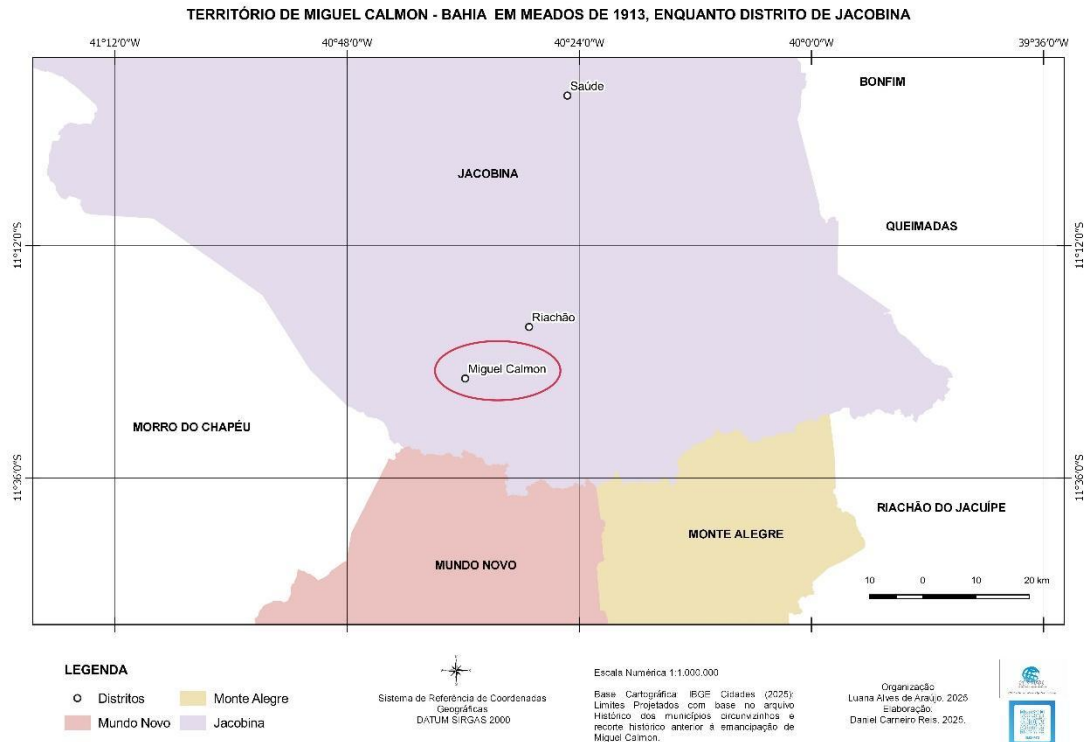
O conceito de território é diverso, uma vez que está ligado à construção e à transformação do espaço geográfico, como evidenciado no ordenamento territorial urbano no município de Miguel Calmon-Bahia.

A formação territorial de Miguel Calmon teve início no século XIX, a partir de três fazendas denominadas Canabrava de Jacobina, Canabrava do Miranda e Canabrava do Gonçalo, as quais tinham como proprietária a condessa Maria Saldanha Oliveira e Souza Constança, cônjuge de João Saldanha da Gama de Melo Torres de Brito, o 6º Conde da Ponte. Dentre essas fazendas, uma se destacou por meio do trabalho de imigrantes, a Fazenda Canabrava de Jacobina, que reforçou a história do município através de um documento. Precisamente, uma escritura pública de venda, compra, débito, obrigação e hipoteca, lavrada em 2 de julho de 1810, às fls 38 do livro de Notas da época, na villa e minas de Santo Antônio de Jacobina, diante o Tabelião de Notas da época, Francisco Caetano de Figueiredo, perfazendo uma área de 1.685km<sup>2</sup>. Tinha como outorgante vendedora a condessa Maria Saldanha Oliveira e Souza Constança e como outorgado comprador o senhor João Correia de Miranda que, logo após essa compra, mudou-se com sua família para a propriedade, tornando-se vizinho dos índios payayá, os quais pertenciam aos grupos dos cariris, que já habitavam ao redor, contudo, não existem informações sobre os povos indígenas da região.

Em 1812, chegaram novas famílias, Valois Coutinho, de origem francesa, e Marcelino Miranda, de origem portuguesa, sobrenomes esses que até hoje possuem descendências e influências na cidade. Na época, foram atraídos pela qualidade da terra para plantação de milho, feijão, mandioca, cana de açúcar e pela criação do gado, dando início assim para os movimentos migratório e imigratório de fixação do território calmonense.

Já no ano de 1885, ocorreu o desmembramento de algumas outras áreas da fazenda Canabrava. Porém, somente no dia 06 de agosto de 1924, foi criado o município de Miguel Calmon, um fato histórico e geográfico muito importante para toda construção do território calmonense.

**Figura 1** - Território de Miguel Calmon-BA em meados de 1913, como distrito de Jacobina.

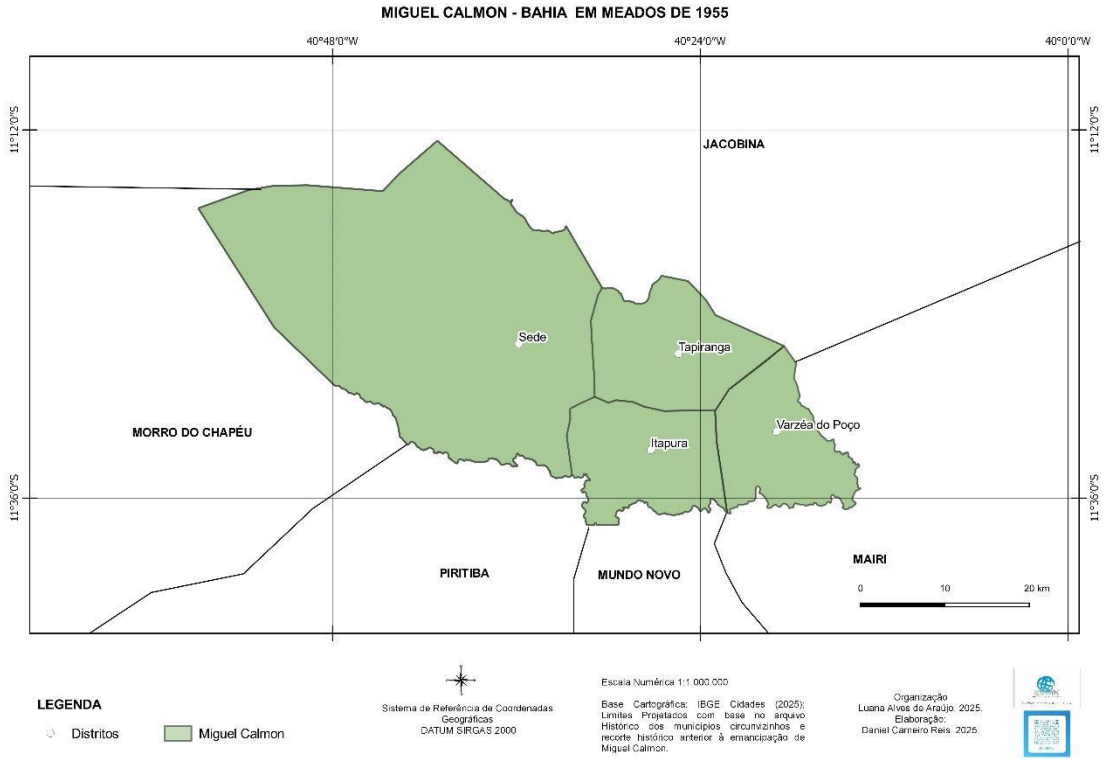


Fonte: Elaborado por Daniel Carneiro Reis. Organização: Luana Alves de Araújo. Base cartográfica: IBGE Cidades (2025).

Segundo Vilaronga e Carvalho (2007), na data 06 de agosto de 1924, pela Lei Estadual nº 1.726, foi criado o município de Miguel Calmon, onde seu território foi desmembrado de Jacobina - Bahia. Sendo assim, mais uma emancipação de mais um território baiano.

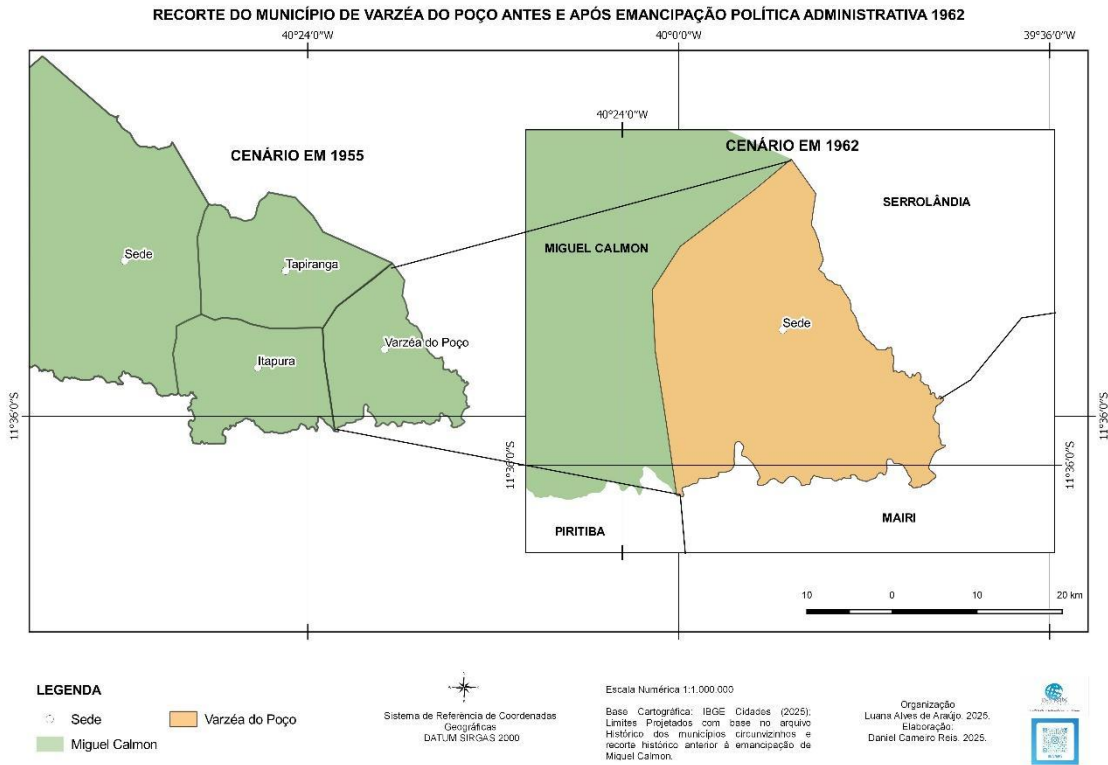
No entanto, em 1930, ocorreu uma mudança no nome do município, que antes se denominava Miguel Calmon, passando a se chamar Djalma Dutra, motivada por uma revolução liderada por Getúlio Dornelles Vargas, que teve esse feito exposto no decreto estadual de nº 7.115.

**Figura 2 - Divisão político-administrativa de Miguel Calmon – BA em meados de 1955**



Fonte: Elaborado por Daniel Carneiro Reis. Organização: Luana Alves de Araújo. Base cartográfica: IBGE Cidades (2025).

**Figura 3** - Recorte do município de Várzea do Poço antes e após emancipação político-administrativa de 1962



Fonte: Elaborado por Daniel Carneiro Reis. Organização: Luana Alves de Araújo. Base cartográfica: IBGE Cidades (2025).

Entre 1932 e 1934, ocorreu o surgimento de dois distritos, Pindorama e Itabira. Em 1938, Djalma Dutra, por meio da lei estadual de nº 311, de 2 de março de 1938, passou para a condição de cidade. Posteriormente, no ano de 1943, ocorreram intensas mudanças, como a alteração do nome para Miguel Calmon. Recebeu esse nome para homenagear Miguel Calmon Du Pin e Almeida, responsável por auxiliar a cidade na alteração da condição de Vila para município, tendo, na época, o governador Dr. Góes Calmon, irmão do homenageado. No ano seguinte, sucederam as alterações dos nomes dos distritos, passando-se a chamar Itabira de Itapura e Pindorama de Tapiranga, e são assim até os dias de hoje.

O município de Miguel Calmon passou por governanças, desde 1924, por intermédio de intendentess e prefeitos, alguns ainda possuem quadros expostos na entrada da prefeitura.

**Quadro 1 - Intendentes e Prefeitos de Miguel Calmon e seus mandatos**

<b>CARGO</b>	<b>NOME</b>	<b>MANDATO</b>
Intendente	Isaías Lopes	1924-1925
Intendente	Sebastiao Caly	1925-1926
Intendente	Djalma J Vieira	1926-1929
Prefeito	Vicente galo	1930-1936
Prefeito	Dr. Antônio A Barreto	1936-138
Prefeito	Dr. Gasparino M Barreto	1943
Prefeito	Joaquim Antônio da Rocha	1943
Prefeito	Dr. Gasparino M Barreto	1944
Prefeito	Dr. Antônio da S Marques	1945
Prefeito	Manoel Valdemar Santana	1946
Prefeito	Dr. Adolfo L de Moura	1946-1950
Prefeito	Dr. Adolfo L de Moura	1951-1954
Prefeito	Dr. Adolfo L de Moura	1955-1957
Prefeito	Miguel Carlos Isabella	1958-1962
Prefeito	Tenente José O de Sena	1963-1966
Prefeito	Adilhermino M de Miranda	1967-1970
Prefeito	Helenito Barreto Pinto	1971-1972
Prefeito	Tenente José O de Sena	1973-1976
Prefeito	Ronan Oliveira Mota	1983-1988
Prefeito	Dr. Eduardo Francisco Cordeiro	1989-1992
Prefeito	Ronan Oliveira Mota	1993-1996
Prefeito	José Ricardo Leal Requião	1997-2004
Prefeito	Humberto Miranda Oliveira	2005-2008
Prefeito	José Ricardo Leal Requião	2009-2012
Prefeito	Nadson Sampaio	2012-2016
Prefeito	José Ricardo Leal Requião	2017-2020
Prefeito	José Ricardo Leal Requião	2021-2024
Prefeito	Marinaldo S de Souza Filho	Atual

Fonte: Arquivos da Prefeitura Municipal de Miguel Calmon.

## 1.2 ABORDAGENS E ORIENTAÇÕES POLÍTICAS ESPACIAIS VIA PODER PÚBLICO

A intervenção do poder público no território de Miguel Calmon revela como o espaço urbano é moldado por decisões políticas e administrativas ao longo do tempo. Por meio da construção de praças, equipamentos públicos, vias de circulação, unidades de saúde, espaços culturais e adequações estruturais, é possível identificar como o Estado tem atuado no ordenamento territorial do município. Essas ações refletem não apenas necessidades funcionais, mas também escolhas políticas que expressam prioridades de cada gestão municipal.

O ordenamento do espaço é, portanto, resultado direto da relação entre poder e território. A geografia crítica permite compreender que o espaço não é neutro nem natural, ele é produzido socialmente, a partir de interesses diversos. No caso de Miguel Calmon, a construção de determinadas infraestruturas e a concentração de investimentos em áreas centrais demonstram como o poder público atua estrategicamente para organizar, administrar e influenciar o uso e a ocupação do solo urbano. Essa lógica contribui para reforçar hierarquias espaciais entre a sede e os distritos rurais, além de consolidar áreas centrais como polos de circulação econômica, política e cultural.

A configuração urbana atual de Miguel Calmon é, portanto, reflexo de um processo contínuo de intervenções, reformas e decisões que têm moldado a cidade, conforme contextos históricos, econômicos e políticos. Praças, unidades de saúde, centros comerciais e estruturas como o Casarão, a antiga linha ferroviária e o Hospital Padre Paulo Felber carregam marcas da história e das escolhas administrativas. Esses espaços não apenas cumprem funções práticas, mas também simbolizam momentos específicos do desenvolvimento urbano calmonense, revelando como o poder público tem direcionado a ocupação e o uso do território ao longo das décadas.

### 1.2.1 Construção da Cidade

Após o acontecimento da emancipação, ocorreu um processo histórico e geográfico muito importante para a construção do território calmonense: a delimitação administrativa do município e o fortalecimento de sua identidade local. Esse momento

marcou o início de uma nova fase de desenvolvimento político, econômico e social para Miguel Calmon (Figura 3).

Com o passar do tempo, muitas mudanças aconteceram e, atualmente, o Município de Miguel Calmon - Bahia apresenta um cenário marcado por transformações urbanas, crescimento populacional e avanços nos setores da educação, da saúde e da infraestrutura. Segundo dados do IBGE 2022, a sua população é de 24.661 pessoas, com a densidade demográfica de 15,42 hab/km<sup>2</sup>, com uma taxa de mortalidade infantil de 26,14, com uma base de receita bruta de R\$127.656.349,94 (2023), possuindo uma despesa bruta de R\$ 94.717.003,80 (2023) e uma renda Per Capita de R\$10.599,55 (2021).

A cidade possui como municípios limítrofes: Jacobina, Piritiba, Várzea do Poço, Serrolândia, Várzea Nova e Morro do Chapéu, tendo como distritos Itapura e Tapiranga. Há, ainda, como fonte de trabalho a agricultura, da qual muitas pessoas sobrevivem: plantações de legumes, verduras e frutas, e pecuária, sendo a feira livre o local para a comercialização desses produtos, que acontece na Praça Ruy Barbosa, mais conhecida como praça da feira.

Neste processo de crescimento, algumas estruturas urbanas e espaços públicos assumiram um papel crucial na configuração social e econômica de Miguel Calmon, tanto na dinâmica do comércio local quanto na manutenção da memória histórica da cidade. Entre esses locais, merecem destaque a Praça Ruy Barbosa, também conhecida como Praça da Feira; a Praça Lauro de Freitas, comumente referida como Praça Principal; a antiga linha ferroviária da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, mais conhecida como Maria Fumaça; o Casarão do Bairro do Arroz, emblema da arquitetura histórica da cidade; e o Hospital Padre Paulo Felber, um marco na assistência à saúde na cidade. Cada uma dessas estruturas carrega consigo parte significativa da história, da cultura e da identidade calmonense, contribuindo para a formação do espaço urbano que se observa atualmente.

**Figura 3 - Miguel Calmon**

Fonte: Prefeitura de Miguel Calmon (2021).

### **1.2.2 Praça da Feira**

Por volta de 1981, a feira livre, que acontecia na Praça Lauro de Freitas, foi transferida para a Praça Ruy Barbosa, onde ocorre até hoje. A feira acontece durante a semana, com maior movimento aos sábados, reunindo comerciantes, ambulantes e feirantes da sede, povoados e outras regiões. Até 1980, a Praça Ruy Barbosa era utilizada para jogos de futebol e abrigava o Posto Policial, a Coordenadoria Municipal, o Posto Telefônico da Telebahia, o Conselho Tutelar e a Biblioteca Municipal.

A partir de 2005, as festas de São João passaram a ser realizadas no local, levando a prefeitura a adaptar a estrutura e construir a cobertura do Galpão da Feira. Nesse período, foi inaugurado o Mercado Municipal, tornando esse espaço o ponto fixo da feira livre. Desde 1981, a feira ocorre de segunda a sábado, sendo oficial aos sábados, expandindo-se para o Mercado Municipal e o Galpão da Feira. Os principais fornecedores vêm dos povoados de Olhos d'Água, Água Branca, Murici, Queimada Nova, Bagres, Brejo Grande e outras localidades como Jacobina, Distrito do França e o Distrito de Dias Coelho, sendo que esses barraqueiros pagam à prefeitura uma taxa fixa de R\$10,00 pelo uso de cada barraca.

O comércio ao redor da praça é movimentado, com estabelecimentos como padarias, bares, lojas de eletrodomésticos, mercados, clínicas de estética, farmácias, paróquias e estação de rádio Canabrava. O lado esquerdo da praça é cortado pela Avenida Odonel Miranda Rio e o direito pela Avenida Ronan Oliveira Mota, ambas ligando as cidades de Jacobina e Piritiba.

Em 2020, a praça passou por reformas. O Galpão da Feira recebeu barracas de ferro exclusivas para vendedores de verduras, hortaliças, frutas e temperos caseiros, sendo nomeado *Flavinho do Tempero*, por votação popular, em homenagem a um vendedor local. O Mercado Municipal concentra vendedores de carnes, frios e laticínios, enquanto a parte central da praça se destina a lanches, roupas e variedades. As barracas de madeira foram organizadas na área externa do Galpão, garantindo melhor distribuição dos espaços.

Até então, a pecuária se faz presente em fazendas e sítios ao redor da cidade, e o comércio apresenta uma estrutura diversificada como áreas de grande circulação, localizado, principalmente, na Praça Lauro de Freitas, a popular praça principal, onde estão situadas as principais lojas de roupas, de móveis, padarias, restaurantes e áreas de lazer. Os principais supermercados situam-se na praça da feira (Figura 4) e há, também, o comércio em zonas periféricas, que são mais voltados para a área de pequenos mercados e materiais de construção.

**Figura 4** - Praça da Feira



Fonte: Prefeitura de Miguel Calmon (2021).

### 1.2.3 Praça Principal

Em 1948, a Praça Principal (Figura 5) era denominada de Juracy Magalhães, que serviu como local para a realização da feira livre, a qual acabou trazendo um desenvolvimento para o local. Com o passar dos anos e com a ajuda do candidato a governador da Bahia, Lauro de Freitas, que doou materiais para a construção do calçamento do espaço da praça, esta recebeu um novo nome, em homenagem ao governador Lauro de Freitas, como é conhecida até hoje. Em 2005, a Praça Principal passou por um processo de modernização, onde foram feitos mosaicos em sua área, trazendo os principais acontecimentos históricos da cidade.

**Figura 5** - Praça Principal



Fonte: Prefeitura de Miguel Calmon (2021).

### 1.2.4 Ferrovia

A Estação Ferroviária (Figura 6), da empresa Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, conhecida por Maria Fumaça, foi inaugurada em Miguel Calmon, no dia 12 de outubro de 1923, quando ainda era povoado e se chamava Canabrava. Fazia linha de Miguel Calmon até Salvador, funcionando a carvão. Possuía vários vagões para transportes de mercadorias, tendo o seu ponto de embarque localizado no atual bairro Góes Calmon, onde atualmente se tornou a estação rodoviária para linhas de ônibus municipais e intermunicipais.

**Figura 6** - Estação Ferroviária



Fonte: Facebook (2020).

### 1.2.5 Rodoviária

No passado, a rodoviária (Figura 7) serviu como ponto de embarque e desembarque para a linha ferroviária Leste. Mas quando a linha do trem foi desativada, passou a funcionar como rodoviária, no ano de 1952, no mandato do Dr. Almiro Liberato de Moura, que trouxe para a cidade, na época, a rodagem estadual, que fazia linha até Jacobina, com transportes como Jeep e caminhões, que acabaram substituindo, inteiramente, o transporte ferroviário, na cidade. O transporte rodoviário se tornou o principal modal com a chegada das empresas de ônibus São Luís e Gontijo, com linhas intermunicipais e interestaduais.

**Figura 7** - Rodoviária



Fonte: Araújo e Ramos (2025).

### 1.2.6 Casarão

Fundado em 16 de outubro de 1928, o Casarão (Figura 8), como ficou conhecido pela população, pertenceu a um grande comerciante, o Sr. Aristeu de Souza Rios. Com uma arquitetura de época e símbolo da cultura calmonense, alimenta até hoje histórias folclóricas de que lá é um lugar mal assombrado. Está localizado no Bairro do Arroz, nome ao qual ficou conhecido por causa das plantações de arroz que tinha naquele bairro.

**Figura 8 - Casarão**



**Fonte:** Wikiloc (2015).

### 1.2.7 Hospital

Fundado em 08 de dezembro de 1961, o Hospital Padre Paulo Felber (Figura 9) surgiu a partir da necessidade de ampliar o atendimento médico na região. Inicialmente, o local funcionava como um posto de saúde, mas, com o tempo, um grupo da comunidade buscou apoio para transformá-lo em um hospital. Com a ajuda do deputado Manoel Novais e de recursos da Comissão do Vale do São Francisco, a unidade conseguiu os equipamentos necessários e iniciou suas atividades em 1962. Nos primeiros anos, contou com doações, apoio da prefeitura e atendimentos particulares para se manter em funcionamento.

Com o passar do tempo, novas parcerias foram firmadas, como o convênio estabelecido, em 1972, com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e, mais tarde, com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Atualmente, o hospital atende pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e mantém acordos com outras instituições para ampliar seu atendimento. A administração sempre ficou a cargo de um provedor voluntário, que gerencia os serviços sem remuneração. Diante disso, o Hospital Padre Paulo Felber teve como provedores o Sr. Miguel Isabella, Padre Paulo Felber, Vicente Mussolini Micucci, Walmir Oliveira Silva, João Dias de Miranda, José Xavier Nunes, e segue, atualmente, com o Sr. Antonio Giacomini Micucci. Desde sua criação, a equipe médica cresceu e o hospital conseguiu expandir os serviços oferecidos à população.

**Figura 9** - Hospital



Fonte: Calmon Notícias (2021).

## CAPÍTULO 2 - PERFIL ESPACIAL URBANO E ESTRUTURAL ESTRATÉGICOS

Miguel Calmon está localizado na região da Chapada Norte baiana, integrando o território de identidade do Piemonte da Diamantina. Limita-se com os municípios Jacobina, Piritiba, Várzea da Poço, Serrolândia, Várzea Nova e Morro do Chapéu. Além da sede municipal, Miguel Calmon conta com os distritos de Itapura, Tapiranga e Brejo Grande<sup>1</sup>, que compõem parte significativa de sua organização espacial e administrativa.

A configuração espacial urbana de Miguel Calmon reflete um processo histórico de crescimento centrado em torno da sede municipal. Os distritos de Itapura, Tapiranga e Brejo Grande, embora apresentem características, predominantemente, rurais, exercem papel importante na estrutura territorial do município, tanto por sua função econômica quanto pelos polos de integração social e cultural das comunidades locais. A ligação entre esses distritos e a sede se dá, principalmente, por estradas vicinais, cuja qualidade impacta diretamente na mobilidade e na circulação de bens e serviços.

Como afirma Santos (1996, p. 92), “Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. Isso evidencia que a organização espacial de Miguel Calmon reflete camadas históricas e práticas sociais acumuladas, que condicionam seu desenvolvimento atual.

---

<sup>1</sup> Brejo Grande possui reconhecimento distrital apenas no âmbito municipal.

**Quadro 2** - Características comparativas entre os distritos de Miguel Calmon-BA

Distrito	População	Educação	Saúde	Economia	Transporte	Agricultura	Saneamento	Política
Brejo Grande	2.289	2	1	Agricultura pecuária	Miguel Calmon Jacobina	Mamona Milho	Água tratada	Vereador eleito
Itapura	1.330	3	1	Agricultura familiar	Miguel Calmon Tapiranga	Mandioca Milho	Água tratada	Vereador eleito
Tapiranga	2.336	3	1	Comércio Leite	Serrolândia Várzea	Banana Milho	Esgoto parcial	Administrado indicado
Miguel Calmon	20.000	11	1	Comércio Serviços	Nacional	Hortaliças Mel	Rede de esgoto	Prefeitura e Câmara

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Apesar do levantamento consistente de dados municipais em áreas como histórico, educação, saúde e infraestrutura, observamos que a dinâmica territorial de Miguel Calmon é marcada por forte centralização na sede, o que revela desigualdades estruturais no acesso a serviços e oportunidades. O espaço, por suas características e seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais; o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (Santos, 1978, p. 171). A análise das atas da Câmara Municipal, somada a dados secundários do IBGE (2022), permite identificar contrastes expressivos entre a zona urbana e os distritos rurais, com implicações diretas para o planejamento público e o desenvolvimento local.

Em termos populacionais, a sede concentra cerca de 20 mil habitantes (76% da população), confirmando a tendência de urbanização característica de cidades de pequeno e médio porte, cuja busca por melhores condições de vida, acesso a serviços e oportunidades de trabalho leva à migração campo–cidade. Os distritos rurais mais populosos, Tapiranga (2.336 hab), Brejo Grande (2.289 hab) e Itapura (1.330 hab), somam 24% da população. Essa distribuição, com densidade demográfica média de

15,42 hab./km<sup>2</sup>, é típica de territórios com extensas zonas rurais e base econômica agropecuária. Conforme Santos (1978), o espaço não é apenas um palco neutro, mas um produto social, cujas características resultam de relações de poder e uso desigual do território.

A infraestrutura e os serviços básicos evidenciam essa centralidade. Na sede, há concentração de escolas, unidades de saúde, saneamento básico, transporte público e acesso à internet. Já nos distritos, a oferta é limitada e marcada por deficiências: Tapiranga, por exemplo, possui rede de esgoto apenas nas vias principais, enquanto Itapura e Brejo Grande não contam com este serviço, ainda que tenham abastecimento de água tratada e coleta de resíduos. Os dados do IBGE (2022) revelam que 55,93% das residências do município não têm ligação à rede de esgoto, e 25,55% não recebem coleta de lixo regular, índices que impactam diretamente a saúde pública e a qualidade de vida, sobretudo na zona rural.

A educação segue a mesma lógica: a sede oferece ensino da pré-escola ao ensino médio, enquanto Tapiranga mantém um anexo de colégio estadual, Itapura também dispõe do ensino médio, e Brejo Grande possui apenas até o fundamental II, obrigando deslocamentos. Esses dados se agravam, ao observar que mais de 10,5 mil habitantes não concluíram o ensino fundamental, e apenas 1.295 têm ensino superior completo. Isso confirma o que Milton Santos descreve como “[...] a seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens”, onde o espaço oferece mais a uns que a outros.

Na saúde, a sede concentra seis Unidades Básicas de Saúde (UBS) e um hospital de referência, enquanto os três distritos citados possuem apenas uma UBS cada, limitando o acesso a atendimentos especializados. Essa distribuição revela uma estrutura assistencial que reforça a dependência da sede para serviços de maior complexidade.

A economia, também, reflete desigualdades: a sede possui atividades diversificadas (comércio, serviços, agricultura familiar, pequenas indústrias), enquanto os distritos mantêm perfis mais restritos, com destaque para a produção agropecuária e agrícola. Tapiranga e Itapura se baseiam na agricultura familiar e no comércio local incipiente; Brejo Grande, apesar da produção relevante de mamona, melancia e feijão de corda, enfrenta limitações de acesso a mercados mais amplos. Essa diferenciação se agrava pelo transporte: Brejo Grande é o único com ligação asfaltada à BA-131,

favorecendo a circulação e o escoamento da produção, enquanto Tapiranga e Itapura dependem de estradas de terra, vulneráveis às chuvas.

No saneamento e na infraestrutura básica, a ausência de cobertura plena reforça desigualdades espaciais históricas. O acesso desigual à água, ao esgoto e ao transporte afeta não apenas a qualidade de vida, mas também a capacidade de desenvolvimento econômico, como demonstram as dificuldades de escoamento da produção rural e de atração de investimentos para os distritos.

Por fim, a representatividade política, também, é concentrada. A sede abriga a Prefeitura e a Câmara de Vereadores, enquanto Itapura e Brejo Grande possuem apenas um representante eleito cada, e Tapiranga é administrada por um representante indicado, sem mandato eletivo. Essa estrutura pode limitar a defesa das demandas locais e a participação política efetiva.

Em síntese, a análise evidencia que a centralização de recursos e serviços na sede de Miguel Calmon contribui para um cenário de desigualdade territorial, onde distritos e povoados, apesar de apresentarem avanços pontuais, permanecem em desvantagem no acesso a políticas públicas e oportunidades. Esse quadro reforça a necessidade de estratégias de planejamento que considerem as especificidades de cada território, evitando que o espaço, como lembra Santos (1978), siga reproduzindo desigualdades em vez de reduzi-las.

### **CAPÍTULO 3 - TERRITÓRIO, GESTÃO E PLANEJAMENTO: ESPAÇO, INFRAESTRUTURA E ORDENAMENTO (2008 -2023)**

Na configuração atual, Miguel Calmon apresenta tanto órgãos federais quanto municipais, que atuam diretamente na estruturação e na manutenção dos serviços públicos básicos, como saúde, educação, segurança, assistência social e infraestrutura. Esses equipamentos e instituições são resultado de políticas públicas implementadas ao longo das últimas gestões municipais e refletem, de forma direta, como o território tem sido planejado e ocupado.

De acordo com Milton Santos (1978), é por meio da apropriação e do uso do território pelas populações que o espaço geográfico é produzido, daí analisar as ações do poder público no ordenamento territorial de Miguel Calmon, no período de 2008 a 2023. Para isso, precisamos compreender a dinâmica entre gestão, infraestrutura e políticas públicas. Então, fez-se necessário analisar a distribuição dos serviços por esfera de atuação, as estratégias adotadas para implantação de melhorias e os efeitos dessas ações sobre os distritos, povoados e áreas urbanas da sede do município. Contempla desde a atuação dos chamados operatórios municipais e estaduais até a execução de projetos voltados à educação, à saúde, ao saneamento básico, ao lazer e ao desenvolvimento econômico.

#### **3.1 OPERATÓRIOS E VIGENTES FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL**

**Quadro 3** - Instituições de ensino público de Miguel Calmon

<b>Escolas/ Colégio</b>	<b>Ano</b>	<b>Mandato</b>	<b>Localização</b>
Colégio Clariezer Vicente dos Santos.	1998	José Ricardo Leal Requião.	Miguel Calmon (Sede)
Colégio Municipal da Região da Serra.	Não localizado	Não localizado	Povoado de Macaúbas (Zona Rural)
Escola Domingos Moreira Jordão.	Não localizado	Não localizado	Lagoa de Dentro (Zona Rural)
Escola Antero Fagundes da Silva.	Não localizado	Não localizado	Povoado de Macaúbas (Zona Rural)

Colégio Municipal de Ensino Fundamental de Salgado Grande e Região.	2008	Humberto Miranda Oliveira	Povoado do Salgado Grande (Zona Rural)
Creche Adauto Liberato.	Não localizado	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)
Creche Tia Kel.	Não localizado	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)
Creche Doutor Heraldo Rocha.	1989	Francisco Eduardo Cordeiro Nunes	Miguel Calmon (Sede)
Escola Municipal José Lourenço.	Não localizado	Ronan Oliveira Mota	Miguel Calmon (Sede)
Escola Luiz Viana Filho.	1992	Ronan Oliveira Mota	Miguel Calmon (Sede)
Escola de 1º Grau Horácio Pires de Lima	1993	Ronan Oliveira Mota	Distrito de Tapiranga (Zona Rural)
Ronan Oliveira Mota.	Não localizado	Não localizado	Povoado de Brejo Grande (Zona Rural)
Escola Professor Paulo Américo de Oliveira	1956	Adolfo Liberato	Miguel Calmon (Sede)
Creche Odília Oliveira Matos	Não localizado	Não localizado	Distrito de Itapura (Zona Rural)
Escola Santo Antônio	Não localizado	Não localizado	Povoado da Palmeirinha (Zona Rural)
Escola 1ºGrau Engenheiro Francisco Martins Bastos	Não localizado	Não localizado	Distrito de Itapura (Zona Rural)
Araci de Oliveira	Não localizado	Não localizado	Povoado do Brejo Grande (Zona Rural)
Escola Guilhermino B de Miranda	Não localizado	Não localizado	Povoado do Cabral (Zona Rural)
Escola Gustavo de Andrade	1928	Djalma Jacobina Vieira	Miguel Calmon (Sede)

Escola Petronilla Xavier Gomes	Não localizado	Não localizado	Povoado do Covas (Zona Rural)
Escola Maria Margarida Coutinho	Não localizado	Não localizado	Povoado da Bananeira (Zona Rural)
Escola São Francisco	Não localizado	Não localizado	Povoado do Taquara (Zona Rural)
Escola Isaias Plácido do Amaral	Não localizado	Não localizado	Povoado do Maxixe (Zona Rural)
Escola Nicolau José de Alcântara	Não localizado	Não localizado	Povoado Queimada Nova (Zona Rural)
Escola Raulina Requião de Miranda	Não localizado	Não localizado	Povoado da Palmeira (Zona Rural)
Escola Marialva Teixeira de Miranda	Não localizado	Não localizado	Povoado da Santa Terezinha (Zona Rural)
Escola Paulo Meneses Moreira	Não localizado	Não localizado	Povoado Várzea dos Bois (Zona Rural)
Escola Tia Marivalda	Não localizado	Não localizado	Distrito de Tapiranga (Zona Rural)
Creche Casulo Clementina Valois	Não localizado	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)
Escola José Otávio de Sena	Não localizado	Não localizado	Povoado dos Bagres (Zona Rural)
Escola Matias Freire	Não localizado	Não localizado	Povoado dos Olhos D' Água (Zona Rural)
Escola Municipal Eliodoro do Nascimento	Não localizado	Não localizado	Povoado Curral Velho (Zona Rural)

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

**Quadro 4** - Instituições de ensino estaduais de Miguel Calmon

<b>ESCOLAS ESTADUAIS</b>	<b>ANO</b>	<b>MANDATO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
Ee - Colégio Estadual Polivalente De Miguel Calmon - Tempo Integral.	1972	Sr.Helenito Barreto Pinto	Miguel Calmon (Sede)
Ee - Colegio Estadual Nossa Senhora Da Conceicao -Tempo Integral.	1959	Sr. Miguel Isabella	Miguel Calmon (Sede)

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

**Quadro 5** - Instituições de ensino privadas de Miguel Calmon

<b>ESCOLAS PARTICULARES</b>	<b>ANO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
Colégio Ação	1990	Miguel Calmon (Sede)
Colégio Oásis	1990	Miguel Calmon (Sede)
Colégio Pitágoras	1986	Miguel Calmon (Sede)

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Segundo Vilaronga e Carvalho (2007, p. 224),

Sabe-se que até 1928 as crianças do município cursavam apenas escolas particulares, porque não havia escolas públicas. A escola Gustavo de Andrade foi a primeira escola pública em Miguel Calmon sendo inaugurada em 1º de Julho de 1928, na gestão do prefeito Djalma Jacobina Vieira e do governo do estado Vital Henrique Batista Soares.

A escola Gustavo teve seu início sendo estadual, com o tempo ela passou a ser municipal, assim como a segunda escola construída em Miguel Calmon, denominada de Canabrava. Atualmente, notamos uma queda em relação à quantidade de escolas no município.

Segundo o livro *Retratos de Miguel Calmon*, de Dalva Vilaronga e Geferson Carvalho (2007), Miguel Calmon possuía 86 escolas, e diante dos nossos dados pesquisados, atualmente, possui 37 escolas. Em busca sobre o real motivo dessa diferença, ficou destacado que algumas escolas estão em situação de paralisadas ou se juntaram a outras.

Consoante Quadro 4, a cidade conta com dois colégios estaduais, cujos alunos das zonas rurais precisam de deslocar para ir até a escola cursar o ensino médio, e em alguns casos, há povoados que não há escola de ensino fundamental II, cujos alunos se deslocam para povoados vizinhos ou até mesmo para a sede para cursar, como exemplo o povoado dos Olhos D'Água, que os alunos se deslocam para o distrito do Brejo Grande.

A localidade, hoje em dia, dispõe de três polos de universidades, sendo duas particulares e um anexo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em um curso de Educação Especial. Mesmo diante desses polos universitários, muitos jovens e adultos se deslocam para outras cidades, como Jacobina, entre outras cidades, em busca de estudo.

A educação em Miguel Calmon ainda é um ponto preocupante, pois é notável que o município passa por falta de investimento nessa área, além da inexistência de busca de melhorias estruturais nas escolas. Outro ponto é que essa queda na diminuição das instituições pode ocorrer por um caimento populacional ou por um fenômeno de migração.

**Quadro 6** - Operatórios da saúde

<b>UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) MUNICIPAIS</b>	<b>ANO</b>	<b>MANDATO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
Ubs Luiz Gonzaga Ramos Prisco	Não localizado	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)
Centro de Saúde Dr. Gasparino Moreira Barreto	Não localizado	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)
Ubs Ednaldo Ferreira da Silva	Não localizado	Não localizado	Tapiranga (Zona Rural)
Ubs Edson Gonçalves Requião	Não localizado	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)

Ubs Dr Wellington Barreto Ramos	Não localizado	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)
Ubs Valdivino Marques Santana	Não localizado	Não localizado	Povoado Mulungu da Serra (Zona Rural)
Ubs Albertina Rosa Caldeira	Não localizado	Não localizado	Povoado Salgado Grande (Zona Rural)
Ubs Melquisedec G De Oliveira	Não localizado	Não localizado	Distrito De Brejo Grande (Zona Rural)
Ubs Maria Gomes De Oliveira	Não localizado	Não localizado	Distrito Itapura (Zona Rural)
Ubs Antonio Valois Coutinho	Não localizado	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)
Ubs Alice Mota Valois	Não localizado	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

#### Quadro 7 - Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)

<b>Centros de atenção psicossocial (caps) Municipal</b>	<b>Ano</b>	<b>Mandato</b>	<b>Localização</b>
CAPS Pedro Jose Dias	Não localizado	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

#### Quadro 8 – Farmácia

<b>Hospital</b>	<b>Ano</b>	<b>Mandato</b>	<b>Localização</b>
Hospital Portugues	Não localizado	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

**Quadro 9 – Hospital**

<b>Farmácia municipal</b>	<b>Ano</b>	<b>Mandato</b>	<b>Localização</b>
Farmácia Básica Municipal.	Não localizado	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

**Quadro 10 - Vigilância sanitária**

<b>Vigilância Municipal</b>	<b>Ano</b>	<b>Mandato</b>	<b>Localização</b>
Unidade de Vigilância em Saúde Dr João Rubens N dos Anjos.	Não localizado	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

**Quadro 11 - Bem-estar**

<b>Academia</b>	<b>Ano</b>	<b>Mandato</b>	<b>Localização</b>
Academia da Saúde (Municipal)	Não localizado	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

**Quadro 12 - Operatórios privadas (convênios)**

Premiere Odontologia
Clínica Santa Casa
Clínica Odonto Médica
Imcardio- Instituto Materno Cardiológico
Clínica de Fisioterapia Fisiotrat
Consultório Odontológico
Clínica Miranda
Clinica Miranda e Landin

Clínica Ortoimplante
Labclin
Clínica Vivere
Clinica de Olhos Visão
Salute
Noely Cardoso Liberato
Shirley Fernanda Cunha Pereira Nunes
Renovato Saúde e Bem Estar
Clinica Genees de Fisioterapia

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A saúde de Miguel Calmon está diretamente ligada ao acesso e à qualidade dos serviços oferecidos. O cenário se mostra promissor, pautado por uma estrutura que busca atender desde as necessidades mais básicas até algumas mais especializadas.

Analisando os dados disponíveis, é possível perceber um esforço em construir uma rede de cuidados próxima e abrangente para a população. A saúde pública em qualquer município depende fortemente da Atenção Primária, e Miguel Calmon demonstra um investimento significativo nessa área por meio das Unidades Básicas de Saúde .

Atualmente, o município conta com seis UBS na sede e outras cinco distribuídas pelas zonas rurais, o que representa uma cobertura importante para o atendimento à população. Ou seja, uma grande parte dos moradores tem acesso facilitado a serviços essenciais, como consultas médicas e de enfermagem, vacinação, acompanhamento de gestantes e crianças, além do controle de doenças crônicas como diabetes e hipertensão.

As UBS são a principal porta de entrada para o Sistema Único de Saúde, desempenhando um papel fundamental na prevenção de doenças e na promoção da saúde. Outro ponto importante é a atenção à saúde mental. Miguel Calmon conta com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Pedro José Dias, localizado na sede do município. A existência dessa unidade é um sinal positivo, embora ainda haja a necessidade de maiores investimentos nessa área.

O CAPS proporciona um ambiente de acolhimento e tratamento para pessoas com transtornos mentais, promovendo acompanhamento psicossocial, um serviço essencial para o bem-estar da população calmonense.

O Hospital Português, também localizado na sede, é um dos principais pontos de referência, pois garante atendimento de emergência, internações, cirurgias e outros procedimentos mais especializados. No entanto, ainda existe uma decadência em algumas áreas de atendimento à saúde no hospital, a exemplo da Unidade de Terapia Intensiva (UTI), que não há em nosso município. A presença de um hospital no próprio município evita o deslocamento de pacientes para outras cidades, a fim de atendimentos básicos, ainda que essa locomoção aconteça em casos mais graves, em que se buscam procedimentos mais complexos na capital Salvador.

A Farmácia Básica Municipal, localizada na sede, é outro componente da saúde do município. Ela assegura o acesso gratuito a medicamentos essenciais, o que é um direito e uma necessidade para muitos tratamentos, especialmente os de longo prazo. Uma outra instituição importante é a Unidade de Vigilância em Saúde Dr. João Rubens N. dos Anjos. A vigilância em saúde trabalha na prevenção e no controle de doenças, na fiscalização sanitária de alimentos e ambientes, e na promoção da saúde coletiva, protegendo a comunidade de riscos, garantindo um ambiente seguro.

Um diferencial positivo é a Academia da Saúde Municipal (ASM). Essa iniciativa não se limita ao tratamento de doenças, mas foca na promoção da saúde e no bem-estar através da atividade física. É um espaço que incentiva hábitos saudáveis e a prevenção de doenças crônicas, mostrando uma visão mais inclusiva da saúde, além da interação entre o corpo e a mente.

Além da rede pública, a cidade conta com algumas áreas particulares, que oferecem diversos atendimentos. Algumas instituições participantes, como clínicas de odontologia (Premiere Odontologia, Clínica Odonto Médica, Consultório Odontológico, Clínica Ortoimplante), fisioterapia (Clínica de Fisioterapia Fisiotrat, Clinica Genees de Fisioterapia), cardiologia (Imcardio- Instituto Materno Cardiologia), oftalmologia (Clínica de Olhos Visão), e laboratórios (Labclin), entre outras, ampliam os atendimentos e os serviços especializados disponíveis.

Essas parcerias, beneficia a população que possui planos de saúde e as que não possuem capacidade de se atribuir com custos particulares, além de aliviar o sistema público e oferecer mais escolhas no cuidado com a saúde.

No entanto, a qualidade da saúde vai além da estrutura física. É fundamental que ainda haja mais investimentos contínuos na capacitação dos profissionais, na manutenção e na modernização dos equipamentos, na disponibilidade de materiais e medicamentos, além de políticas públicas que comecem a buscar reduzir as desigualdades no acesso, pois a saúde é um direito e uma construção diária.

**Quadro 13** - Operatórios de segurança municipal

<b>GUARDA</b>	<b>ANO</b>	<b>MANDATO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
Guarda Municipal de Miguel Calmon	1990	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

**Quadro 14** - Operatórios de segurança estadual

<b>POLÍCIAS</b>	<b>ANO</b>	<b>MANDATO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
Polícia Militar Do Estado Da Bahia	Não localizado	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)
Polícia Civil do Estado da Bahia	Não localizado	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A segurança no município de Miguel Calmon no começo contava apenas com a Guarda Municipal, que não poderia usar armas de fogo. Logo após o processo de emancipação da cidade, houve a decisão de manter a ordem e combater a violência com a criação de uma unidade, que era tratada com a Segurança do Estado, através do batalhão de Juazeiro. Com o tempo, houve a implementação da polícia militar e civil, em que ambos ajudaram o município na prevenção e no combate do crime e infrações.

Até os dias de hoje, o município conta com a Guarda Municipal e com a polícia militar e a polícia civil.

**Quadro 15** - Operatórios Federal – Economia

BANCOS	ANO	MANDATO	LOCALIZAÇÃO
Banco do Brasil	Não localizado	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)
Caixa Econômica Federal	Não localizado	Não localizado	Miguel Calmon (Sede)

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A primeira instituição financeira de Miguel Calmon foi inaugurada, em 1957, pelo Banco da Bahia. Com o tempo se transformou na agência do Bradesco, que teve seu fechamento em 1984. Com o passar do tempo, a agência foi reaberta, porém, hoje em dia, funciona apenas como posto da agência principal do banco, que é de Jacobina.

A agência do Banco do Brasil foi inaugurada em 1978, onde perdurou até 1996, quando ocorreu o seu fechamento, mediante incapacidade financeira. Logo em seguida, em 1997, o banco reabriu no prédio de pertencimento à prefeitura, onde funciona atualmente. A cidade já contou com outros bancos, como o Baneb, porém, este foi fechado.

Sendo assim, hoje, o município conta apenas com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, o Sicoob também se faz presente como uma instituição financeira particular. Além dos bancos, a cidade tem pontos de microcréditos, que dão suporte em questões de saques, abertura de contas e empréstimos.

Atualmente, os bancos conseguem dar conta da população e dos atendimentos, apesar das demandas grandes, principalmente, quando é período de pagamentos dos aposentados.

**Quadro 16** - Operatórios Judicial

<b>JUSTIÇA</b>	<b>ANO</b>	<b>MANDATO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>
Fórum Judicial (Tribunal de Justiça do Estado da Bahia).	1976	Tenente José Otávio de Sena Miguel	Calmon (Sede)

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

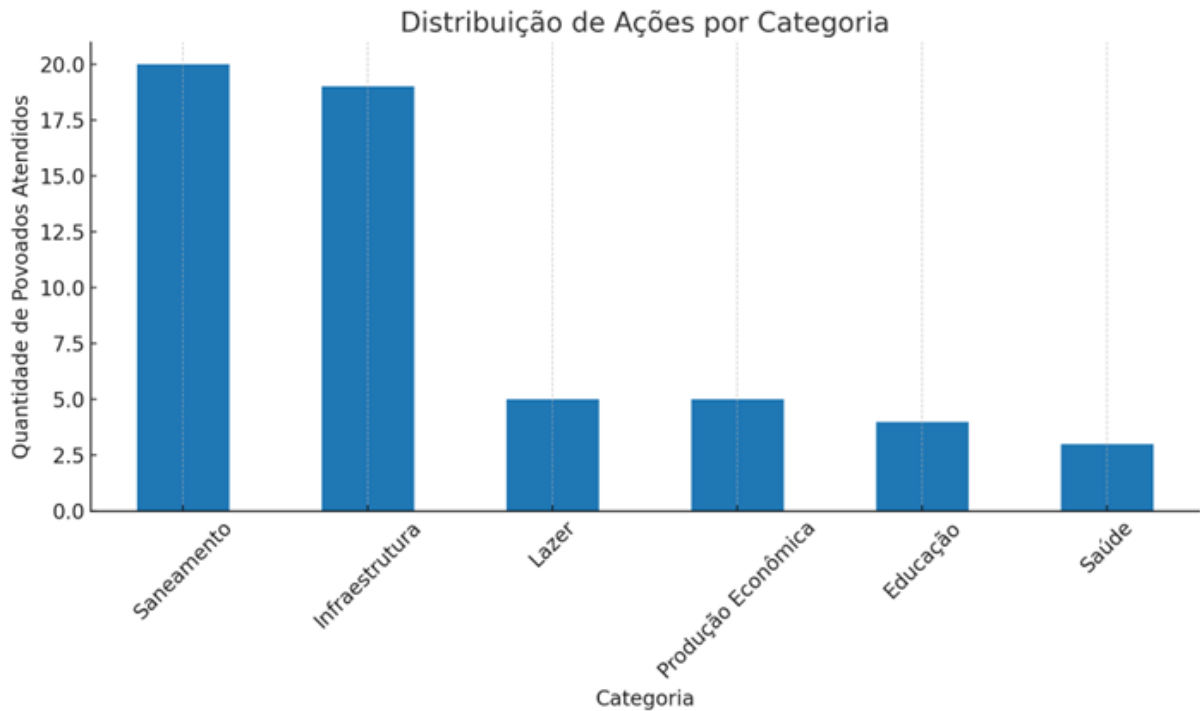
O poder judiciário em Miguel Calmon é de responsabilidade estadual e da união. As primeiras atribuições ocorreram no ano de 1916, com a criação do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, em 1929, ao reconhecimento da cidade de Jacobina. Somente, em 1949, foi concebida a comarca de Miguel Calmon. Em meados do ano de 1955, foi legalizada, tendo sua primeira sede no antigo prédio verde da prefeitura. Logo em seguida começaram a construção do novo prédio, que foi inaugurado, em 1976, na administração Tenente José Otavio de Sena. A cidade conta com vários profissionais na área do direito e com abertura do curso de Direito na UNEB, Campus IV, aumentou o número de profissionais. Até os dias de hoje, é algo amplo na cidade, pois nos deparamos com vários escritórios de advocacia localizados pelos centros da cidade.

### 3.2 IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O Gráfico 1 foi elaborado com base na análise das atas das sessões da Câmara Municipal, obtidas junto à Prefeitura de Miguel Calmon, abrangendo o período de 2008 a 2023. Foram considerados, como critérios de registro, todas as ações mencionadas como executadas, bem como os povoados citados nos documentos, mesmo que não houvesse ações efetivamente realizadas. A sistematização dos dados foi feita por categorias (saneamento, saúde, educação, entre outras) e organizada por povoado. As informações foram encontradas nas atas de sessões como mostra a seguir: a) construção de praças e quadra poliesportiva (sessão de 11/03/2022); b) atendimento PSF e entrega de ônibus escolar (11/03/2022); c) projetos de nucleação escolar com apoio psicopedagógico, pavimentações de ruas e frentes escolares (sessões de

11/03, 25/03 e 22/04/2022; d) patrolamento e escavação de tanques para abastecimento de água (11/03 e 25/03/2022); e) entrega de sanitários (13/05/2022); f) encascalhamento de estradas (13/05/2022); g) instalação de braços de luz e mata-burros (25/03/2022); h) além de projetos voltados à produção agrícola e agropecuária, como o plantio de mandioca, piscicultura com caixas d'água de 100 mil litros, e a criação de caprinos e ovinos de corte (25/03/2022). Também foi mencionada a implantação de uma unidade de beneficiamento de mel com kits para apicultores na sessão de 25/03/2022.

**Gráfico 1** - Distribuição das ações de políticas públicas por categoria nos povoados de Miguel Calmon (2008–2023)



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Como afirma Milton Santos (2007, p. 13), “[...] o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas”, dessa forma, é nele que a história do homem se concretiza. Diante disso, discutir políticas públicas em Miguel Calmon requer partir de uma realidade vivenciada nos povoados, e não só apenas dos instrumentos legais estabelecidos no Plano Diretor.

Miguel Calmon, entre os anos de 2008 e 2023, passou por três gestões diferentes. Ao longo desse tempo, várias ações foram registradas em atas, que trazem iniciativas nas seguintes áreas, como infraestrutura, saúde, educação, produção econômica e saneamento. Observamos, no Gráfico 1, que nem todos foram mencionados ou atendidos por políticas públicas, tendo em vista que o município possui 67 povoados, divididos por nove núcleos administrativos, ligados por proximidade geográfica, sendo eles: Núcleo Itapura, Núcleo Tapiranga, Núcleo Brejo Grande, Núcleo Salgado Grande, Núcleo Palmeira, Núcleo Serra, Núcleo Grota, Núcleo Cabal, Núcleo Bagres.

Contudo, ao compararmos essas ações com o que está estabelecido no Plano Diretor Participativo do município, criado em 2006, em que foi vigente até 2008, sancionado pela Lei 355/2008, que também não houve uma atualização até o ano de 2024, percebemos uma distância significativa entre o que se propõe no papel e o que, efetivamente, chega às comunidades rurais.

O Plano Diretor tem clareza com seus objetivos. De acordo com os artigos 3, 4 e 15, eles visam: promover o desenvolvimento social e econômico equilibrado, reduzir as desigualdades e garantir que todos os munícipes tenham acesso aos serviços essenciais, como saúde, educação, saneamento e cultura. Entre os eixos fundamentais do plano estão a valorização do homem do campo, a integração entre zona rural e urbana e a distribuição justa dos equipamentos comunitários. No entanto, essa visão bem-intencionada nem sempre se encontra na realidade local.

O Plano Diretor Participativo do Município de Miguel Calmon estabelece, desde os primeiros artigos, diretrizes que evidenciam a intenção de promover um desenvolvimento equilibrado entre as zonas urbana e rural, bem como assegurar direitos sociais básicos. Conforme o artigo 3º do Plano Diretor Participativo do Município de Miguel Calmon, ao tratar dos princípios que orientam a política de desenvolvimento urbano, destaca a busca pelo (inciso I) - “desenvolvimento econômico e social”; (inciso VII) - “saúde, educação e outros serviços municipais”; (inciso IX) - “maior integração entre as zonas urbana e rural” (Miguel Calmon, 2006, p. 3).

Enquanto, no artigo 4º, esses princípios são desdobrados em objetivos mais concretos, que propõem, entre outros pontos: “promover o pleno desenvolvimento do Município nos planos econômico, social e cultural, adequando o uso e a ocupação do solo à função social da propriedade” - (inciso I) e “garantir o acesso de todos os

cidadãos à terra urbanizada e regularizada, expressão do seu direito à moradia, e aos equipamentos e serviços urbanos” - (inciso III) (Miguel Calmon, 2006, p. 3).

Bem como o artigo 15 apresenta como diretrizes o “combate ao êxodo rural e valorização do homem do campo” - (inciso V) e o “estímulo à interação entre as atividades produtivas da zona rural e da zona urbana” - (inciso IX) (MIGUEL CALMON, 2006, p. 6).

Esses trechos evidenciam que, ao menos em seu arcabouço normativo, o Plano Diretor apresenta uma proposta de ordenamento territorial preocupada com a integração social e espacial do município, embora revele contradições entre o que é proposto e o que de fato é implementado.

Um exemplo claro dessa situação é vivido por algumas comunidades que precisam se deslocar para outras em busca de serviços essenciais, o que é incoerente com a lógica territorial e com o princípio de facilitar o acesso. Essa situação expressa o que Milton Santos (2007, p. 17) chama de resistência do território frente às imposições do planejamento distante: “No entanto, se o dinheiro que comanda é dinheiro global, o território ainda resiste”. Ou seja, mesmo diante de uma lógica institucional centralizada, as práticas territoriais locais continuam exigindo soluções que respeitem o lugar vivido.

Seguindo para a educação, podemos citar novamente o povoado de Olhos d'Água, que é igualmente preocupante. A comunidade possui apenas uma escola que atende aos anos iniciais do ensino fundamental. Os alunos, para continuarem os estudos, são obrigados a se deslocar para o distrito de Brejo Grande ou para a sede do município. Isso impõe aos alunos uma rotina de deslocamentos longos e cansativos e, em muitos casos, contribui para a evasão escolar. Com isso, há uma crítica a fazer ao plano diretor sobre essa situação que lá diz fazer ampliação de escolas municipais.

No que diz respeito à infraestrutura, é possível identificar ações como pavimentação, patrolamento de estradas e escavação de tanques, especialmente em localidades como Murici, Maxixe e Faísca. Apesar de importantes, essas intervenções são feitas de maneira pontual e sem continuidade. Muitas das vezes, os moradores das próprias comunidades precisam estar cobrando para isso ser feito, visto que, em épocas de chuvas, muitos desses povoados ficam com acesso muito dificultado.

No campo da produção econômica, foram relatadas iniciativas como projetos de apicultura, piscicultura e agricultura familiar. Ainda que positivas, essas ações

carecem de acompanhamento técnico, incentivo à comercialização e continuidade. Atualmente, em relação à agricultura familiar a gestão municipal dá suporte com várias iniciativas de projetos. O Plano Diretor aponta a necessidade de fortalecer a agropecuária local e o cooperativismo, mas o que se percebe é que muitas dessas iniciativas acabam não tendo uma base para se sustentar com o tempo.

Outro ponto que merece destaque é o saneamento. Algumas comunidades receberam banheiros domiciliares e redes de abastecimento, mas a distribuição desigual dessas ações evidencia que o direito ao saneamento básico ainda não é garantido para todos. O Plano Diretor estabelece diretrizes claras para a universalização desses serviços, incluindo abastecimento de água, coleta de esgoto e destinação correta de resíduos, mas essas metas permanecem distantes da realidade de muitos povoados que são abastecidos por carro pipa. O esgoto é destinado a fossas e os lixos são queimados.

São poucas as iniciativas voltadas para o lazer e a valorização da cultura local. Alguns povoados foram beneficiados com ações nesse sentido, como a construção de praças em Várzea dos Bois e Faísca, a construção de uma quadra poliesportiva em Tanque Novo e o apoio a eventos religiosos, como procissões em Olhos d'Água. Fora isso, não há quase nada que envolva atividades culturais, esportivas ou recreativas permanentes.

Essa carência é preocupante, pois o lazer e a cultura são partes essenciais da vida das pessoas. Eles contribuem para o bem-estar, a saúde mental, o fortalecimento dos laços comunitários e o desenvolvimento das crianças e dos jovens. A ausência de espaços como praças, quadras, centros culturais e áreas de convivência deixa os moradores com poucas opções de entretenimento, o que pode gerar desmotivação, isolamento social e até problemas maiores, como o aumento da vulnerabilidade entre os jovens.

A análise das ações públicas realizadas nos povoados de Miguel Calmon, fundamentada nas atas de 2008 a 2023, revela um cenário caracterizado por progressos pontuais, porém, também por lacunas consideráveis na implementação das políticas públicas. Apesar de algumas regiões terem recebido melhorias em áreas como infraestrutura, saúde, educação, abastecimento de água e iniciativas de produção econômica, observamos uma distribuição desigual dessas ações entre os 67 povoados do município, refletindo um desequilíbrio territorial preocupante.

Ao comparar as ações realizadas com as diretrizes definidas no Plano Diretor Participativo do município, percebemos uma discrepância entre teoria e prática. Ainda não se concretizaram de forma ampla e apenas muitos dos princípios estabelecidos, como a valorização do homem do campo, o fortalecimento da integração entre as áreas rurais e urbanas e a garantia de acesso aos serviços básicos.

Além disso, o afastamento é agravado pela falta de atualização do Plano Diretor, desde 2008, o que impede que o planejamento se ajuste às novas necessidades e dinâmicas territoriais da cidade. Além disso, a falta de investimentos mais robustos em setores como cultura e lazer evidencia uma perspectiva ainda restrita do que significa qualidade de vida no meio rural, limitando as políticas públicas a elementos exclusivamente estruturais.

### 3.3 URBANIZAÇÃO

Martins (2012) diz que o crescimento urbano desordenado teve início a partir da década de 1950, período marcado por importantes avanços tecnológicos, especialmente no setor agrícola. A modernização do campo, motivada pela crescente demanda por alimentos, provocou mudanças significativas na produção rural. Como consequência, muitas pessoas que até então viviam e trabalhavam em pequenas propriedades rurais migraram para as cidades em busca de novas oportunidades, iniciando um processo de relocação populacional e expansão urbana sem o devido planejamento.

A urbanização desordenada se caracteriza pelo crescimento das cidades de maneira acelerada e sem o devido planejamento territorial e infraestrutura adequada para suportar as demandas da população urbana. Esse processo, marcado pela expansão descontrolada das áreas urbanas, gera uma série de desafios, tais como a precariedade dos serviços públicos essenciais, incluindo saneamento básico deficitário, transporte público insuficiente, escassez de áreas verdes e impactos ambientais negativos. Ademais, essa forma de urbanização contribui para o aumento das desigualdades socioespaciais, comprometendo significativamente a qualidade de vida dos moradores das zonas afetadas.

Esse fenômeno é particularmente frequente em países em desenvolvimento, como o Brasil, onde o crescimento populacional nas cidades ocorre em ritmo superior à capacidade de implementação de políticas públicas eficientes e estruturadas. Como

resultado, observamos a expansão desordenada das periferias urbanas e a formação de assentamentos informais, muitas vezes carentes de infraestrutura adequada e acesso a serviços básicos, configurando-se em favelas e ocupações irregulares que agravam os problemas sociais e ambientais locais.

A compreensão desse fenômeno exige analisar suas causas principais, os impactos sobre o espaço urbano e as estratégias para mitigar seus efeitos negativos.

A principal causa da urbanização desordenada reside no crescimento populacional acelerado aliado à insuficiência ou à ausência de políticas urbanísticas eficazes. A migração contínua da população rural para as cidades, motivada pela busca por melhores condições de vida, trabalho e educação, intensifica a pressão sobre o espaço urbano. Quando esse crescimento não é acompanhado por um planejamento territorial integrado e pela provisão adequada de infraestrutura, resulta na ocupação irregular de áreas, agravando a desorganização espacial das cidades.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 85% da população brasileira reside em áreas urbanas, o que evidencia a necessidade premente de políticas públicas que ordenem o crescimento urbano de forma sustentável e inclusiva, prevenindo a perpetuação da urbanização desordenada e seus impactos negativos.

Miguel Calmon tem vivenciado, nas últimas décadas, esse processo de urbanização acelerado, reflexo de transformações sociais e econômicas na cidade, que tem como bases sólidas a agricultura e a pecuária.

As cidades no Brasil desempenharam historicamente funções importantes no processo de ocupação do território, servindo como sítios de suporte ao povoamento, centros de controle político e de armazenamento da produção agroextrativa, núcleos de conexão com os circuitos mercantis, polos de crescimento industrial e nós das redes financeira e informacional. Desde o século XVI até os dias atuais, podem-se distinguir diversas formações territoriais, que expressam as distintas relações entre cidade e campo e das cidades entre si no processo de desenvolvimento brasileiro (IPEA, 2001, p.85).

A cidade passa pelo processo do êxodo rural, uma realidade em muitas regiões de Miguel Calmon. A busca por acesso facilitado à educação, saúde, e um mercado de trabalho mais diversificado tem levado muitos a trocar a vida no campo pela vida na cidade. Esse movimento demográfico resultou numa expansão significativa do tecido urbano, com o surgimento dos bairros e a intensificação da ocupação em áreas que antes eram menos adensadas. É possível observar o movimento de construções e a adaptação do comércio para atender às novas demandas

Apesar dos benefícios da dinamização da economia local e a maior oferta de bens e serviços, a urbanização de Miguel Calmon também impõe desafios complexos. O crescimento desordenado em algumas áreas, por exemplo, pode gerar pressões sobre a infraestrutura existente, exigindo investimentos em saneamento básico, que inclui redes de água e esgoto. A mobilidade urbana é outra questão, com o aumento do tráfego e a necessidade de planejamento viário para garantir o fluxo eficiente de pessoas e veículos. A gestão de resíduos sólidos, a segurança pública e o acesso à moradia digna para todos os segmentos da população são temas que demandam uma atenção contínua e estratégias de longo prazo por parte da administração municipal e da sociedade civil.

As áreas naturais resultantes desta competição refletem a desigualdade social, ambas vistas como sendo impossíveis de serem abolidas por resultarem da própria natureza humana. Consideradas como expressão de um estado de equilíbrio desfeito e refeito a cada momento da evolução as áreas naturais constituem importante base teórica para os membros da Escola de Ecologia Humana. E foi com base neste conceito que as pesquisas sobre segregação residencial foram inicialmente sistematizadas, possibilitando grande avanço no conhecimento a respeito do espaço social da cidade (Corrêa, 2013, p.53).

A urbanização em Miguel Calmon reside em um planejamento urbano estratégico e participativo. É fundamental que o crescimento da cidade seja acompanhado de políticas públicas que visem à sustentabilidade, à inclusão social e à qualidade de vida. Isso inclui a criação de áreas verdes, o incentivo ao desenvolvimento econômico local de forma diversificada e a garantia de acesso a todos os serviços essenciais. Buscar a participação da comunidade nesse processo é para que as decisões reflitam as reais necessidades e aspirações dos calmonenses, construindo uma cidade mais justa, pois a urbanização é uma força poderosa que molda seu presente e até o futuro. Conduzir esse processo de forma inteligente e integrada é o grande desafio para que a cidade continue a prosperar, oferecendo um local de qualidade para seus habitantes.

### 3.4 LAZER E CULTURA E SOCIABILIDADE

Lazer e cultura são tipos de entretenimento que têm um papel essencial na construção da cidadania. Em cidades menores como Miguel Calmon, esses locais

possuem ainda mais relevância por serem pontos de encontro, manifestação cultural e fortalecimento das relações comunitárias.

O município de Miguel Calmon possui diferentes espaços, sejam ambientes públicos ou privados, cumprindo um papel significativo no dia a dia dos moradores, ao proporcionar opções para descanso, lazer, atividades culturais e socialização.

O Parque Estadual das Sete Passagens (PESP), situado a aproximadamente 7 km da sede do município, é um dos principais locais de contato com a natureza. O parque é uma unidade de conservação estadual com entrada gratuita, cobrando apenas uma taxa para quem quer contratar guias ou usar uma área de *camping*. Mirantes, cachoeiras, trilhas e uma abundante variedade de fauna e flora são alguns dos atrativos. O parque possui uma estrutura com os seguintes cômodos: banheiros, cozinha e uma guarita na entrada, com guardas garantindo um conforto e segurança para os visitantes. A pavimentação que conecta o parque à sede da cidade torna o acesso mais fácil.

Além de ter um valor ambiental, o PESP tem uma importante função social, já que é utilizado para o lazer em família, encontros com amigos e até mesmo atividades escolares voltadas à educação ambiental. O parque promove o contato direto com a natureza, o que contribui para o bem-estar físico e mental dos visitantes.

A Praça Lauro de Freitas é um dos principais locais de convivência da cidade, situada no centro urbano. Essa praça é um local versátil: durante o dia, acolhe o comércio local, com diversas lojas e serviços; à noite, projeta um espaço mais animado para o entretenimento, com praça de alimentação, parque infantil e área arborizada. A praça é um local tradicional de encontro, especialmente em datas festivas, como aniversário da cidade e eventos culturais, quando famílias e amigos costumam se reunir.

Atividades culturais também ocorrem na Praça Lauro de Freitas, como *shows* de pequeno porte, eventos religiosos e comemorações populares. Esses acontecimentos fortalecem o senso de pertencimento entre os habitantes, evidenciando que o espaço transcende sua função física, instalado também como um lugar de memória, expressão cultural e identidade comunitária. Como destacam Moura e Carvalho (1996, p. 59), “A arte é, em sua excelência, a mais marcante forma de manifestação cultural: poemas, esculturas, festas, sempre fizeram de M. Calmon é um lugar mais do que especial, de brilho intenso, rima rica e versificação clássica.”

A Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), por ser um espaço privado, oferece uma opção de lazer mais limitada. Os associados pagam uma mensalidade para usar as instalações, mas os não associados também podem entrar pagando uma taxa de R\$20,00. A AABB possui uma infraestrutura de qualidade, incluindo piscinas para adultos e crianças, campo gramado, quiosque coberto, cozinha, bar e espaço para apresentações musicais. Principalmente, aos finais de semana e feriados, esse espaço é muito frequentado.

A AABB, assim como outros lugares de festas locais, também desempenha um papel na sociabilidade dos moradores, atuando como palco regular para celebrações, eventos esportivos de aniversário, eventos e apresentações culturais. Contudo, o acesso limitado mediante pagamento pode restringir a participação de uma parcela da população, o que provoca reflexões sobre a democratização do lazer na cidade.

“Na realidade, o esporte reconhecidamente mais praticado em Miguel Calmon é o futebol. Desde os primórdios, o povo calmonense demonstra sua paixão por esse esporte” (Moura; Carvalho, 1996, p. 254). O esporte em Miguel Calmon, transcende a atividade física; ele é um componente essencial da cultura local, simbolizando lazer, identidade e interação social. Sem dúvida, o futebol é o esporte mais popular entre os habitantes, sendo praticado tanto nos campos urbanos quanto nas comunidades rurais. Os campeonatos municipais, realizados com o suporte da Liga Desportiva Calmonense, atraem torcedores, famílias e atletas, proporcionando momentos divertidos de reunião e comemorações.

No entanto, o futebol não é o único esporte praticado no município. Outras modalidades também ganham espaço e ajudam na formação social e cultural dos habitantes da cidade. Um exemplo disso é a Corrida Paulo Miranda, que acontece todos os anos em maio e atrai corredores locais e de outras regiões. Além de promover o atletismo, esse evento homenageia uma figura importante da história local e fortalece o sentimento de pertencimento.

Outro destaque são os jogos estudantis, que envolvem escolas municipais e estaduais do município em diversas modalidades esportivas. Esses jogos incentivam a colaboração, a disciplina e a importância do esporte entre os jovens, auxiliando na formação de cidadãos e na conexão da comunidade escolar com o esporte e a cultura.

Em Miguel Calmon, essas diferentes formas de prática esportiva simbolizam distintas maneiras de acesso ao lazer e à cultura, contribuindo significativamente para a qualidade de vida da população e para o fortalecimento das relações sociais.

Demonstram que o lazer está relacionado não apenas ao entretenimento, mas também à criação de vínculos, ao fortalecimento da identidade local e à promoção da inclusão social ou, em certos contextos, à sua restrição.

### 3.5 VULNERABILIDADES (O URBANO E O RURAL)

As informações apresentadas no tópico 3.5 evidenciam a existência de múltiplas vulnerabilidades que afetam os espaços urbano e rural do município de Miguel Calmon, refletindo desigualdades históricas e estruturais. Tais vulnerabilidades não se limitam apenas à escassez de infraestrutura, mas se manifestam de forma integrada nas dimensões social, econômica, ambiental e política.

No espaço urbano, embora haja uma maior concentração de população e serviços, observamos que essa centralização nem sempre garante acesso igualitário à infraestrutura básica, como saneamento, saúde e educação, especialmente em bairros periféricos.

A urbanização acelerada e desordenada em Miguel Calmon, influenciada pelo êxodo rural, tem contribuído para a sobrecarga de equipamentos públicos e a expansão da cidade nas áreas periféricas, situada ao longo das vias que dão acesso a outros municípios sentido Jacobina e Piritiba, o que reforça a desigualdade socioespacial. Além disso, mesmo com maior diversidade econômica, grande parte da população urbana ainda depende de atividades informais como: vendedores ambulantes sem registro, trabalhadores domésticos sem carteira assinada, mototaxistas e taxistas sem registro, entregadores de aplicativo sem registro, trabalhadores por conta própria sem CNPJ e empreendedores sem registro. Assim como, dependem, também, de políticas públicas de assistência federal como o Bolsa Família e os programas municipais de Assistência Social oferecidos através dos CRAS e CREAS que são os Benefícios Eventuais (BE) que garantem cesta básica, auxílio maternidade, auxílio gás, leite para crianças de 0 a 6 meses e de 7 meses a 1 ano, auxílio funeral, encaminhamento para retirar documentação pessoal, transporte para visitas institucional penal e pericial, serviço jurídico para crianças, mulheres e idosos, minha casa minha vida, aluguel social e casamentos coletivos.

Já no espaço rural, as vulnerabilidades se aprofundam devido à distância dos centros decisórios e à limitada presença da gestão municipal. A precariedade de estradas, a escassez de serviços de saúde e educação de qualidade, a ausência de

saneamento básico e as limitações na oferta de transporte dificultam o desenvolvimento das comunidades rurais. Embora os distritos como Brejo Grande, Itapura e Tapiranga apresentem relevância produtiva, principalmente na agricultura familiar, enfrentam desafios estruturais que limitam seu potencial econômico e o bem-estar de seus habitantes.

Além disso, a população rural convive com vulnerabilidades ambientais, como a escassez de recursos hídricos e a irregularidade climática, especialmente durante os períodos de seca prolongada, quando são necessários abastecimento por carros pipas dados pela prefeitura ou por compra pessoal. Essas condições impactam diretamente a produção agrícola, o abastecimento de água e a segurança alimentar das famílias. A dependência de práticas agrícolas tradicionais, sem assistência técnica contínua, torna a economia rural ainda mais frágil frente aos eventos climáticos extremos, que têm se tornado mais frequentes. Essas vulnerabilidades geram consequências sociais significativas, como o aumento do desemprego, a evasão escolar e até mesmo intensificação da migração campo-cidade, entre os jovens onde muitos vão para a cidade vizinha Jacobina em busca de oportunidades de emprego. Além disso, as desigualdades no acesso à saúde, à educação e à mobilidade contribuem para a manutenção de ciclos de pobreza, adoecimento físico e psicológico, e exclusão social nas áreas mais afetadas. Como alerta Santos (2003, p. 37), “A competitividade, sugerida pela produção e pelo consumo, é a fonte de novos totalitarismos, mais facilmente aceitos graças à confusão dos espíritos que se instala”.

O cenário de desigualdade também se agrava pela disparidade de representação política. Enquanto Itapura e Brejo Grande possuem representação na câmara de vereadores, Tapiranga é administrada por indicação do executivo municipal, o que pode comprometer a autonomia da comunidade em decisões que afetam seu território.

Portanto, as vulnerabilidades urbanas e rurais de Miguel Calmon revelam a necessidade urgente de políticas públicas integradas e territorializadas, que considerem as especificidades locais e busquem a superação das desigualdades sociais e espaciais. A construção de um desenvolvimento mais equilibrado e justo passa, necessariamente, pela ampliação do acesso aos direitos básicos em todo o território, fortalecendo a qualidade de vida tanto na cidade quanto no campo. Como afirma Milton Santos (2003, p. 13), “Na realidade, o que buscamos foi, de um lado,

tratar da realidade tal como ela é, ainda que se mostre pungente; e, de outro lado sugerir a realidade tal como ela pode vir a ser, ainda que para os céticos nosso vaticínio atual apareça risonho”. Assim, reconhecer as vulnerabilidades é essencial para a construção de projetos transformadores, enraizados na realidade local.

## CAPÍTULO 4 - A ORDEM COMO FATOR SEGREGADOR DE PRIVILÉGIOS

A forma como o espaço urbano é organizado não atende de maneira justa e equilibrada a todos os seus moradores. A concentração dos principais serviços e investimentos nos bairros centrais cria uma separação silenciosa, mas concreta entre quem tem acesso facilitado a direitos básicos e que enfrentam dificuldades diárias por viverem em áreas periféricas. Essa “ordem” urbana, longe de promover igualdade, tem funcionado como um mecanismo de exclusão.

O poder público acaba aceitando uma ordem de prioridades que privilegia alguns poucos atores, relegando a um segundo plano todo o resto: empresas menores, instituições menos estruturadas, pessoas, agravando a problemática social. Assim, enquanto alguns atores, graças aos recursos públicos, encontram as condições de sua plena realização (fluidez, adequação às novas necessidades técnicas da produção), os demais, isto é, a maioria, não têm resposta adequada para as suas necessidades essenciais. Há, desse modo, uma produção limitada de racionalidade, associada a uma produção ampla de escassez. (Santos, 2006, p.209).

Miguel Calmon, bairros localizados próximos à Praça Lauro de Freitas e à Praça Ruy Barbosa, concentram a maior parte das atividades comerciais, equipamentos públicos e serviços bancários. Nessas áreas, há melhor pavimentação, coleta de lixo regular, maior segurança, além de espaços para lazer, como praças reformadas e parques. Já os bairros mais afastados, como Populares, José Lúcio, Arroz e Baixa Grande, enfrentam problemas estruturais que comprometem o cotidiano dos moradores, como algumas ruas sem calçamento, iluminação precária, ausência de rede de esgoto, transporte público irregular e acesso limitado a serviços essenciais.

Essa desigualdade impacta diretamente o acesso à saúde, à educação e ao lazer. Mesmo com a presença de unidades de saúde e escolas distribuídas em vários bairros da cidade com serviços primários, ainda é visível a diferença na qualidade das estruturas e no atendimento, o que reforça a exclusão dos bairros mais distantes do centro. Da mesma forma, os espaços culturais e eventos festivos, como o São João e a Feira Livre, são concentrados nas praças centrais, excluindo a participação plena de moradores que enfrentam dificuldades de deslocamento.

Essas técnicas da informação são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque escapa a possibilidade de controle (Santos, 2003, p.39).

Além disso, os investimentos públicos têm priorizado as partes centrais, bairros considerados nobres e visíveis da cidade. Obras de pavimentação, reformas de praças e inauguração de equipamentos urbanos geralmente ocorrem onde há maior circulação de pessoas, deixando bairros periféricos por longos períodos em espera. Isso gera um sentimento de invisibilidade e reforça a ideia de que algumas áreas da cidade são mais valorizadas do que outras.

No sâmago dos problemas, situam-se os conflitos pelo uso e apropriação da terra rural e urbana, terra conectada às redes. A questão fundiária é, assim, central na PNOT, em todas as escalas, da individual à regional e à nacional. E o ZEE constitui-se num instrumento essencial ao ordenamento, não como tem sido feito, mas entendido em sua essência, que é a negociação (Brasil 2005, p. 77).

A desigualdade na distribuição de recursos e serviços é um reflexo claro da economia local. No centro da cidade, encontramos uma maior concentração de empregos formais, comércio estruturado e agências bancárias. Em contrapartida, os bairros periféricos dependem de pequenas mercearias, comércio informal e empregos precários. Essa disparidade é acentuada pelo ordenamento territorial, que determina quem realmente se beneficia da cidade e quem apenas apoia.

A chamada “ordem” urbana em Miguel Calmon não é uma simples organização do espaço; ela é uma estrutura que perpetua desigualdades e concentra privilégios. O planejamento urbano, em vez de promover a integração, muitas vezes acaba por criar barreiras invisíveis que impactam na qualidade de vida dos moradores mais vulneráveis. Para reverter essa situação, é necessário um compromisso político firme, uma revisão das prioridades de investimento e uma escuta ativa das comunidades periféricas, garantindo que todos tenham a oportunidade de viver com dignidade, segurança e acesso aos seus direitos.

Transformar essa realidade implica romper com a noção de uma cidade fragmentada, onde poucos são priorizados e muitos são esquecidos. É essencial construir uma nova lógica urbana, onde a ordem funcione como um instrumento de inclusão e justiça.

A nação passiva, ligada aos interesses da globalização perversa, nada cria, nada contribui para a formação do mundo da felicidade, ao contrário da outra nação dita ativa, que a cada momento, cria e recria, em condições adversas, o novo jeito de produzir o espaço social, mostrando que a atual forma de globalização não é irreversível e a utopia é pertinente. É somente a partir dessa constatação, fundado na história real do nosso tempo, que se torna possível retomar, de maneira concreta, a idéia [sic] de utopia e de projeto (Santos, 2003, p.160).

Para isso, o poder público deve se comprometer a planejar uma cidade de maneira mais equitativa, garantindo que todos os bairros e todas as pessoas tenham o mesmo direito ao acesso, à dignidade e à participação no desenvolvimento local.

#### 4.1 O OLHAR DO GESTOR E DO PODER É CONTAMINADO PELA CENTRALIDADE CONSERVADORA

Para compreender como o poder público percebe e atua sobre o território do município de Miguel Calmon, realizamos entrevistas com dois ex-prefeitos, seguindo todos os procedimentos éticos estabelecidos para pesquisas com seres humanos, em conformidade com as diretrizes e normas do Comitê de Ética em Pesquisa. Todos os participantes foram informados previamente sobre os objetivos do estudo, a natureza voluntária da participação e o direito de se retirar a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Foi garantido o anonimato dos entrevistados, optando-se pela identificação apenas como "Prefeito 1" e "Prefeito 2", sem divulgação de nomes ou informações que pudessem permitir sua identificação. As falas foram transcritas de forma fiel, preservando o sentido original, e utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

Diante de suas experiências de gestão municipal, buscamos captar suas perspectivas, prioridades e dificuldades referentes ao planejamento urbano, à implementação do Plano Diretor e à organização do espaço municipal. Essa análise exige uma compreensão ampliada do território, que vá além da sua dimensão física. Como destaca Santos (1979, p. 10):

O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenhando funções evolutivas na formação econômica e social, influenciando na sua construção e também sendo influenciado nas demais estruturas, de modo que se torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos.

Ou seja, o espaço não é apenas reflexo das ações do poder público, mas parte ativa da dinâmica social, sendo construído e reconstruído continuamente pelas relações sociais, políticas e econômicas que o atravessam. As falas registradas nas entrevistas trazem pontos importantes sobre as práticas administrativas e os limites do ordenamento territorial no contexto local.

Ambos os ex-gestores demonstram conhecer a importância do planejamento como foco para o desenvolvimento, mas suas respostas trazem evidências de que tal

reconhecimento nem sempre é concreto ou eficaz. Muitas vezes, o discurso oficial se mostra alinhado com ideias de participação, sustentabilidade e organização do espaço, mas a prática permanece ancorada em estruturas conservadoras, centralizadoras e pouco transformadoras. Essa permanência de práticas tradicionais sob discursos modernos pode ser explicada pela análise de Milton Santos (2002), que afirma que os novos sistemas de objetos (como planos, legislações e instrumentos participativos) são, muitas vezes, apropriados pelas forças sociais mais poderosas, que os utilizam para manter a hegemonia sobre o território. Como escreve o autor:

A cada novo momento, impõe-se captar o que é mais característico do novo sistema de objetos e do novo sistema de ações. Os conjuntos formados por objetos novos e ações novas tendem a ser mais produtivos e constituem, num dado lugar, situações hegemônicas. Os novos sistemas de objetos põem-se à disposição das forças sociais mais poderosas, quando não são deliberadamente produzidos para o seu exercício. Ações novas podem se dar sobre velhos objetos, mas sua eficácia é, assim, limitada (Santos, 2006).

Desse modo, ainda que haja a inserção de políticas e planos com linguagem moderna, a ação pública continua sendo limitada pela permanência de estruturas conservadoras, que operam segundo uma racionalidade técnica e centralizadora, o que impede transformações profundas no território e na vida urbana.

Essa percepção nos ajuda a compreender, de maneira mais crítica, a forma como o poder público local se relaciona com os espaços urbanos e rurais, expondo as inconsistências entre o que se pretende e o que é implementado nas políticas públicas. Nesse sentido, fica mais claro que os obstáculos que o município enfrenta para construir uma cidade mais justa, inclusiva e democrática vão além de um planejamento meramente teórico ou simbólico.

A análise das respostas dos ex-gestores municipais, coletadas por meio de um questionário, oferece uma perspectiva crítica sobre a forma como o poder público entende e estrutura o território. A perspectiva conservadora que influencia o olhar dos gestores é evidente não só nas ações ou na ausência delas, mas principalmente na forma como o espaço urbano é concebido a partir de um centro privilegiado, enquanto as periferias são tratadas como áreas de ausência, esquecimento ou esperança. Como destacado por Milton Santos (1978, p. 171):

[...] O espaço, por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização

feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total.

Essa visão permite compreender como o espaço urbano de Miguel Calmon, embora moldado por decisões políticas e administrativas, acaba por refletir e reforçar desigualdades sociais, especialmente entre as áreas centrais e periféricas.

Ao questionar aos ex-gestores como eles reconhecem a importância da organização do planejamento urbano para o desenvolvimento do município, o Prefeito 1 respondeu: *“Fundamental. Pois ela será o balizador do desenvolvimento organizado, direcionado, setorizado e sustentável para o bem-estar dos munícipes”*. Já o Prefeito 2 respondeu: *“O planejamento urbano é de grande importância para uma cidade que cumpra os seus objetivos de proporcionar uma adequada circulação, lazer, acessibilidade, trabalho, convívio urbano, entre outros”*. Na fala de ambos, fica clara a importância atribuída ao planejamento urbano, mas que não se traduz, necessariamente, em ações concretas e contínuas que transformem o território.

Foi questionado, na entrevista, de que forma a gestão pública influencia o processo de organização e planejamento dos espaços da cidade. Para o Prefeito 1,

*[...] A colaboração da gestão na elaboração dos documentos que serão votados nas casas legislativas compreende uma tarefa de planejamento colaborativo, no qual, a influência política dos personagens escolhidos democraticamente pela maioria da sociedade servem como impulsionadores para a participação popular nos debates, tornando o trabalho de pensar as cidades uma atividade comunitária, atribuindo aos cidadãos um valor e dignidade inigualáveis [...].*

Já o Prefeito 2 afirmou: *“Fazendo um PDDU, tecnicamente bem definido, com a participação da sociedade civil organizada e com a visão do plano de desenvolvimento local em sintonia para atender às futuras demandas do crescimento da cidade”*.

Aqui já temos uma contradição: enquanto o Prefeito 1 valoriza o processo democrático, ressaltando a importância da participação popular e dos trâmites legislativos para a efetividade da gestão pública, o Prefeito 2 minimiza o impacto da gestão diante do “baixo crescimento” do município, indicando uma visão mais limitada e menos otimista sobre o papel da administração pública.

Seguindo com as falas dos prefeitos entrevistados, questionou-se: Como a expansão da cidade influencia a dinâmica da organização do território municipal nos últimos anos? O Prefeito 1 respondeu que

*As cidades têm ganhado novos contornos depois dos marcos legislativos que buscaram regular uma melhor organização do espaço urbano. A dinâmica social das cidades exige dos gestores públicos e de todas as instituições democráticas um maior empenho na organização do território, uma vez que as cidades precisam atender aos anseios e necessidades sociais dos seus munícipes. Hoje as cidades têm saído do seu núcleo, do espaço de centro, ficando estes, geralmente, como espaço histórico, e avançado as suas fronteiras, alargando o espaço urbano para as áreas mais periféricas. No entanto, é necessário frisar que há um esforço para que o crescimento seja ordenado, conforme as legislações vigentes, para que os novos bairros desfrutem de todos os equipamentos urbanos necessários à vida dos moradores. Não estamos falando aqui apenas de calçamento, iluminação elétrica, água encanada, esgotamento, mas também de educação, trabalho, lazer, saúde, limpeza, segurança pública e outros serviços essenciais sem os quais a vida na cidade não será adequada e salutar. Assim, a expansão do território urbano deve ser encarada com muita responsabilidade, evitando que se formem, em torno das cidades, pontos de problemas sociais que diminuirão a qualidade de vida de todos os cidadãos. Numa cidade, o bem-estar das famílias é tarefa de toda a sociedade. Ninguém vive bem no seu próprio núcleo familiar sabendo que, na sua vizinhança, outros iguais padecem sem o mínimo de dignidade.*

Já o Prefeito 2 afirmou: *“Pouca influência, em decorrência do baixo crescimento nestes últimos anos”*. Ambos reconhecem que a expansão urbana apresenta desafios, porém com abordagens distintas: enquanto o Prefeito 1 critica o crescimento desordenado, especialmente o legado das cidades do interior, e defende um planejamento mais rigoroso e controlado, o Prefeito 2 não aprofunda o impacto territorial da expansão.

Outra pergunta importante feita aos ex-prefeitos foi sobre quais estratégias de gestão e governança municipal foram aplicadas para promover o desenvolvimento organizado e sustentável de Miguel Calmon. O Prefeito 1 respondeu:

*Os municípios da federação brasileira precisaram se adequar às exigências legislativas de urbanização. O nosso município, como os demais, tem se empenhado para tornar o espaço urbano de Miguel Calmon um lugar mais agradável e que acolha com dignidade cada munícipe que escolheu morar aqui. Dentro das estratégias que fazem parte desse chamado coletivo aos entes federados estão o PPA, Orçamento Participativo, Plano Diretor Urbano, as Conferências Municipais, as unidades gestoras escolares, os conselhos municipais, as associações comunitárias etc. As estratégias que a nova gestão tem utilizado são voltadas ao fortalecimento comunitário por meio de reuniões, acompanhamento das atividades das associações, melhoria no acesso às informações e publicações institucionais, execução de obras e projetos que expressam o anseio popular, planejamento estratégico com cada segmento social para a consecução dos objetivos esboçados por seus pares, fortalecimento e acompanhamento dos conselhos municipais, implantação de ouvidorias e melhoria na comunicação institucional etc. Além das demais estratégias que já fazem parte das obrigações federativas do município, principalmente as relacionadas ao diálogo e cooperação entre os poderes que se unem para tornar a cidade um ambiente urbano.*

O Prefeito 2 respondeu: *“PDDU, PPA, conselho de desenvolvimento e etc.”*. Aqui podemos ver que as estratégias mencionadas divergem bastante. O Prefeito 1

traz um conjunto de medidas, incluindo fortalecimento comunitário, criação de ouvidorias e conselhos municipais, indicando um planejamento estratégico mais articulado, enquanto o Prefeito 2 aponta a geração de renda como o principal motor para o desenvolvimento.

Na pergunta seguinte, eles foram questionados sobre quais são os principais desafios enfrentados atualmente pelo município de Miguel Calmon em relação à ocupação dos espaços urbanos e rurais. O Prefeito 1 relatou:

*Os principais desafios relacionados à ocupação dos espaços urbanos e rurais estão para os déficits de moradia adequada para cada família, principalmente aquelas moradias que ainda não oferecem uma estrutura mínima de dignidade para aqueles que a habitam: cômodos adequados, banheiro, cozinha, etc. Outro desafio que precisamos enfrentar tem a ver com a geração de emprego e renda para todas as famílias, de modo que todos os municípios tenham condição de desenvolver os seus potenciais, sendo resguardados em seus direitos básicos de forma igualitária e coesa[...].*

Já o Prefeito 2 respondeu: “Geração de renda que atraísse novos empreendimentos e puxasse o desenvolvimento urbano e rural”. Os dois prefeitos citam as dificuldades no processo de ocupação e gestão do espaço urbano.

Seguindo as perguntas, questionou-se quais medidas foram atualizadas ou implementadas pela gestão municipal para lidar com os desafios da organização dos espaços urbanos e rurais. O Prefeito 1 respondeu:

*Melhoria da malha viária cascalhamento, manutenção de estradas etc. Construção de rampas para acessibilidade nos equipamentos públicos, praças, calçadas, prédios públicos etc. Manutenção da limpeza pública e mutirões de limpeza de bairros e equipamentos públicos, retirada de entulhos e pontos de acúmulo de lixo nos espaços públicos, pequenas obras de pavimentação urbana e rural.*

O Prefeito 2 não citou nenhuma medida. O Prefeito 1 lista ações práticas da nova gestão, como melhorias na limpeza, na acessibilidade e na pavimentação, enquanto o Prefeito 2 não aponta medidas efetivas.

Nisso, questionamos qual foi o papel da participação da comunidade na elaboração e na implementação das políticas relacionadas ao uso e à ocupação dos espaços no município.

O Prefeito 1 disse: “

*[...] A comunidade participa de forma ativa, elegendo seus representantes, tomando parte das conferências, reuniões de planejamento e demais meios de participação social, cobrando o cumprimento desses cronogramas legislativos, fiscalizando obras, acompanhando as publicações e uso adequado de recursos públicos etc. [...].*

Já o Prefeito 2, em sua fala, afirma: *“Muito baixo: pouco esclarecimento sobre essa importância e falta de estímulo para construções coletivas”*.

Os dois concordam que a participação popular é frágil. O Prefeito 1 critica a baixa mobilização dos jovens e destaca a necessidade de maior apropriação do Plano Diretor pela sociedade, sinalizando possibilidades de mudança por meio da mobilização social, enquanto o Prefeito 2 atribui isso principalmente à falta de estímulo.

Conforme ressalta Milton Santos (2006), os movimentos da sociedade, ao atribuir novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criando novas situações de equilíbrio e novos pontos de partida para um novo movimento. Essas formas-conteúdo, sempre renovadas pelo movimento social, participam da dialética com a própria sociedade, contribuindo para a evolução contínua do espaço:

Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e, ao mesmo tempo, novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida sempre renovada pelo movimento social, as formas tornadas assim formas-conteúdo podem participar de uma dialética com a própria sociedade e, assim, fazer parte da própria evolução do espaço (Santos, 2006, p. 69).

Vale enfatizar que essa participação social é fundamental para romper com a rigidez da centralidade conservadora e promover transformações reais no território.

Para encerrar as falas dos prefeitos, as últimas perguntas foram relacionadas ao Plano Diretor do município. Questionamos qual é a importância do Plano Diretor para o desenvolvimento sustentável e bem estruturado de Miguel Calmon. O Prefeito 1 afirma: *“[...] O Plano Diretor é um marco importante para o desenvolvimento do nosso município. Certamente, após as primeiras reuniões para a elaboração desse plano, a visão comunitária da cidade foi ampliada [...]”*.

Já o Prefeito 2 diz: *“Muito importante e fundamental para o desenvolvimento organizacional futuro da cidade”*.

Contudo, ele ressalta:

*Infelizmente, a nossa cidade ainda não tem um desenvolvimento sustentável adequado. Pontos de difícil solução como o tratamento do lixo, a implementação de um esgotamento sanitário 100% tratado, a Lagoa e seu bioma, ruas ainda sem infraestrutura adequada, déficit habitacional e um número ainda grande de famílias em vulnerabilidade social (Entrevista concedida em 06/06/2025).*

Os dois gestores reconhecem o Plano Diretor como instrumento fundamental. O Prefeito 1 o vê como uma “semente” para o amadurecimento social e a construção de uma consciência coletiva, acrescentando uma dimensão cultural e participativa ao seu valor, enquanto o Prefeito 2 o define como “essencial” para o ordenamento.

Para finalizar, a última pergunta foi: O Plano Diretor do município está atualizado e tem sido efetivamente aplicado na organização dos espaços urbanos e rurais? Quais avanços ou dificuldades o senhor(a) observa?

O Prefeito 1 responde:

*[...] Temos o plano, demos passos importantes, mas ainda há muito a fazer. Já observamos uma série de avanços dos espaços urbanos e rurais. No entanto, o Plano precisa se tornar mais efetivo e, para tanto, a comunidade calmonense precisa se apropriar dele, buscando os meios adequados para colaborar e cobrar a sua implementação [...].*

O Prefeito 2 diz: *“Não tenho conhecimento de nenhuma ação de implementação do plano ou do interesse em atualizá-lo ou mesmo refazer com visão mais atualizada”.*

Eles concordam que o Plano Diretor ainda não está plenamente aplicado. Contudo, o Prefeito 1 reconhece pequenos avanços, embora insuficientes, sinalizando que há um movimento, ainda que tímido, em direção à efetivação do planejamento, enquanto o Prefeito 2 expressa uma visão de abandono total.

Como podemos perceber pelas entrevistas aos ex-prefeitos da cidade de Miguel Calmon, a partir dos depoimentos analisados, o olhar do gestor ainda se mantém preso a uma visão administrativa que prioriza a conservação da estrutura existente em detrimento da transformação profunda do território. O desafio para as próximas gestões é romper com essa lógica centralizadora e conservadora, colocando o território como eixo das políticas públicas e a população como sujeito ativo e decisor da cidade que deseja construção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir o trabalho sobre a perspectiva e a análise do ordenamento territorial e público em Miguel Calmon, notamos que o tema não é apenas uma discussão teórica, mas sim um reflexo direto da história, da política e das dinâmicas sociais que moldam o cotidiano da população. O estudo demonstrou que o território, mais do que um espaço físico, é um vínculo de poder e decisões na vida de toda a coletividade.

A pesquisa histórica do município, desde sua origem, como fazendas no século XIX até sua emancipação, mostra de qual maneira a ocupação e a organização do espaço influenciam os fatores econômicos, como a agricultura e a pecuária, bem como demonstra como as figuras políticas marcaram o município, como demonstrado na mudança de nomes de praças, distritos e até mesmo o nome do próprio município. As construções que ainda existem, como a antiga linha férrea e o Casarão, mostram a história da cidade e toda a mudança de um modelo de desenvolvimento para outro.

As abordagens políticas e espaciais demonstram a centralidade do poder público no planejamento e na intervenção sobre o território. Os serviços e a infraestrutura na sede do município evidenciam a diferença com os distritos rurais, um modelo das prioridades da gestão municipal ao longo dos anos. Essa distribuição desigual de recursos, especialmente em áreas vitais como educação, saúde, oportunidades de empregos, levanta questionamentos sobre o desenvolvimento e a necessidade de políticas públicas mais abrangentes que considerem as particularidades e as demandas.

A pesquisa, também, destacou a importância de espaços públicos como a Praça da Feira e a Praça Principal, que funcionam como a vida social e econômica da cidade. A forma como esses locais foram planejados, reformados e utilizados mostram como organizam o espaço para melhor atender à população, seja na organização do comércio ou do lazer. Portanto, este estudo vai além de uma descrição de fatos. Ele nos mostra, criticamente, como as escolhas do passado influenciam o presente e como as decisões futuras da gestão municipal serão fundamentais para um ordenamento territorial. Acreditamos que o desafio de Miguel Calmon é o de conciliar o crescimento urbano com a valorização do campo, garantindo que o desenvolvimento alcance a todos.

Dessa forma, os objetivos traçados, nesta pesquisa, foram, em grande parte, alcançados. A proposta central de investigar a relação entre gestão municipal e o

ordenamento territorial foi efetivada com sucesso por meio da análise de documentos oficiais, entrevistas e observações empíricas. As informações coletadas permitiram identificar tanto os avanços quanto as ausências de planejamento, além de mapear os principais impactos dessas políticas na organização do espaço urbano e rural do município.

Contudo, algumas limitações foram enfrentadas, especialmente relacionadas à dificuldade de acesso a determinados dados oficiais atualizados, como atas completas da câmara ou registros específicos de obras em áreas mais remotas. Além disso, determinados aspectos do território, como a atuação do setor privado na configuração urbana e a influência dos consórcios intermunicipais não foram aprofundados por limitações de escopo e tempo.

Como desdobramento futuro, a pesquisa abre caminhos para novos estudos, como a análise da efetividade dos conselhos municipais de participação popular no processo de planejamento, ou ainda, estudos comparativos com outros municípios do Piemonte da Diamantina que possuam características geográficas e administrativas semelhantes. Também, seria relevante investigar mais profundamente o papel da juventude rural no ordenamento dos espaços e sua relação com os processos migratórios, bem como os impactos do turismo ecológico e religioso nas dinâmicas territoriais da região.

Aspectos que não couberam, nesta investigação, mas que merecem aprofundamento em futuras pesquisas, incluem: a relação entre a especulação imobiliária e o valor venal dos imóveis na sede do município; a dinâmica do uso do solo nas zonas de expansão urbana; o impacto das políticas ambientais no uso e na ocupação do solo, especialmente em áreas próximas ao Parque Estadual das Sete Passagens; e a análise mais detalhada da arrecadação do IPTU e sua aplicação na infraestrutura urbana e rural.

Portanto, este trabalho contribui para a reflexão crítica sobre a gestão do espaço em pequenas cidades do interior da Bahia, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais integradas, participativas e voltadas para a redução das desigualdades territoriais. A compreensão do território como produto das relações sociais e políticas é essencial para planejar um futuro mais justo e funcional para todos os calmonenses.

## REFERÊNCIAS

- ÁGUA E SANEAMENTO. Municípios e saneamento – Miguel Calmon, BA. Disponível em: [[https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/ba/Miguel calmon](https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/ba/Miguel%20calmon)](<https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/ba/miguel-calmon>). Acesso em: 13 mar. 2025.
- BECKER, Bertha Koiffmann. *O poder da União: política e território no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BECKER, Bertha Koiffmann. *Gestão do território e governança: desafios do planejamento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- BECKER, Bertha Koiffmann. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI: uma representação a partir do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 1-138, jul./set. 1991. Disponível em: [[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1991\\_v53\\_n3.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1991_v53_n3.pdf)]([https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1991\\_v53\\_n3.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1991_v53_n3.pdf)). Acesso em: 05 ago. 2025.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Território e gestão territorial: uma contribuição à reflexão geográfica. *Revista Território*, UERJ, 1992.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço, um conceito-chave da Geografia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajatórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). *A cidade contemporânea: segregação socioespacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 39-60.
- FACEBOOK. Foto de usuário. Disponível em: [<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=111204107438353&id=101102795115151&set=a.106075077951256>](<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=111204107438353&id=101102795115151&set=a.106075077951256>). Acesso em: 05 ago. 2025.
- FONSECA, Ana Maria B. da. Gestão municipal e ordenamento territorial. *Revista Cadernos Metrópole*, n. 29, p. 473-492, 2013.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2011.
- IBGE. Cidades e estados – Miguel Calmon, BA. Disponível em: [[https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/miguel-](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/miguel-calmon)

calmon/panorama](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/miguel-calmon/panorama). Acesso em: 13 mar. 2025.

IBGE. Panorama do Censo 2022. Disponível em: [https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/). Acesso em: 13 mar. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: estudos básicos para a caracterização da rede urbana*. Brasília, DF, 2001. v. 1, p. 85-86.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1980.

MARTINS, Karla Gonçalves. *Expansão urbana desordenada e aumento dos riscos ambientais à saúde humana: o caso brasileiro*. 2012. Disponível em: [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4135/1/2012\_KarlaGoncalvesMartins.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4135/1/2012\_KarlaGoncalvesMartins.pdf). Acesso em: 05 ago. 2025.

MIGUEL CALMON – Prefeitura Municipal. Disponível em: [https://miguelcalmon.ba.gov.br/](https://miguelcalmon.ba.gov.br/). Acesso em: 05 ago. 2025.

MIGUEL CALMON – Prefeitura Municipal. 1º Desafio Sete Passagens de Mountain Bike. Disponível em: [https://miguelcalmon.ba.gov.br/1o-desafio-sete-passagens-de-mountain-bike/](https://miguelcalmon.ba.gov.br/1o-desafio-sete-passagens-de-mountain-bike/). Acesso em: 05 ago. 2025.

MORAES, Antonio Carlos R. de. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MORAES, Antonio Carlos R. de. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 2005.

PARA PENSAR UMA POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL. [s.l.]: [s.n.]. Disponível em: [https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/ordenamento\_territorial.pdf](https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/ordenamento\_territorial.pdf). Acesso em: 17 nov. 2023.

PORTAL SERROLÂNDIA. Comunicado à população calmonense e às cidades circunvizinhas acerca do Hospital Português. Disponível em: [https://portaserrolandia.com.br/noticia/2620/comunicado-a-populacao-calmonense-e-as-cidades-circunvizinhas-a-cerca-do-hospital-portugues](https://portaserrolandia.com.br/noticia/2620/comunicado-a-populacao-calmonense-e-as-cidades-circunvizinhas-a-cerca-do-hospital-portugues). Acesso em: 05 ago. 2025.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1980.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2006. Disponível em: [<http://lelivros.love/book/baixar-livro-a-natureza-do-espaco-milton-santos-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>](<http://lelivros.love/book/baixar-livro-a-natureza-do-espaco-milton-santos-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>). Acesso em: 03 jun. 2025.

SANTOS, Milton. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

VILARONGA, Dalva; CARVALHO, Geferson. *Retrato de Miguel Calmon: análise geral do município*. Jacobina, BA: A. Moreira Gráfica e Editora (Gráfica Oxente), 2007.

WIKILOC. Miguel Calmon – Explorando a base do 7 Passagens. Disponível em: [<https://pt.wikiloc.com/trilhas-mountain-bike/miguel-calmon-explorando-a-base-do-7-passagens-8773953/photo-5168580>](<https://pt.wikiloc.com/trilhas-mountain-bike/miguel-calmon-explorando-a-base-do-7-passagens-8773953/photo-5168580>). Acesso em: 05 ago. 2025.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Entrevista com os Ex-prefeitos

1 - Qual é a importância da organização do planejamento urbano para o desenvolvimento do município?

2 - De que forma a gestão pública influencia o processo de organização e planejamento dos espaços da cidade?

3 - Como a expansão da cidade influencia a dinâmica da organização do território municipal nos últimos anos?

4 - Quais estratégias de gestão e governança municipal foram aplicadas para promover o desenvolvimento organizado e sustentável de Miguel Calmon?

5 - Quais são os principais desafios enfrentados atualmente pelo município de Miguel Calmon em relação à ocupação dos espaços urbanos e rurais?

6 - Quais medidas foram atualizadas ou implementadas pela gestão municipal para lidar com os desafios da organização dos espaços urbanos e rurais?

7 - Qual foi o papel da participação da comunidade na elaboração e implementação das políticas relacionadas ao uso e ocupação dos espaços no município?

8 - Na sua avaliação, qual é a importância do Plano Diretor para o desenvolvimento sustentável e bem estruturado de Miguel Calmon?

9 - O Plano Diretor do município está atualizado e tem sido efetivamente aplicado na organização dos espaços urbanos e rurais? Quais avanços ou dificuldades o senhor (a) observa?